

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

IVANA BORGES BARCELOS

PIRATAS E PIRATARIA: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL PELOS CAMINHOS DA
LITERATURA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Professor Dr. André Fabiano Voigt.

Uberlândia, novembro de 2013.

IVANA BORGES BARCELOS

PIRATAS E PIRATARIA: UMA HISTÓRIA POSSÍVEL PELOS CAMINHOS DA
LITERATURA

Banca Examinadora:

Professor Dr. André Fabiano Voigt – Orientador

Professor Dr. Leonardo Francisco Soares

Professor Dr. Sérgio Paulo Morais

Agradecimentos

Gostaria de agradecer imensamente todos os meus familiares que me apoiaram no longo percurso de desenvolvimento deste trabalho. Agradeço meu querido companheiro Rogério, que com seu carinho, paciência e persistência me ajudou encontrar forças para terminar de escrever essa monografia. Agradeço a ele também por ler e corrigir este trabalho. Agradeço a minha mãe Ivani, meu pai Marcos e irmãos Daniel, Daniela e Rodrigo, pelo apoio e carinho nos dias mais difíceis dessa jornada. Agradeço meus amigos e amigas pelos incentivos e por compreenderem minha ausência.

Não posso deixar de agradecer meu orientador André Fabiano Voigt que durante todo o processo me apoiou e auxiliou com muita paciência e dedicação, ajudando-me a superar a cada dia os obstáculos que apareceram no caminho.

Agradeço, enfim, a todos aqueles (aqui mencionados ou não) que participaram dessa fase da minha vida me apoiando e dando forças para seguir em frente.

Resumo

Procuramos, por meio deste trabalho, compreender melhor como se dão as construções das imagens dos *piratas* e da *pirataria* em dois regimes de identificação da arte: no *regime poético ou representativo* e no *regime estético*, com base nos trabalhos de Jacques Rancière. Os piratas e a pirataria aos quais nos referimos aqui, são aqueles que existiram em fins do século XVII e início do século XVIII, cujas histórias são narradas não por “historiadores de ofício”, mas sim por outros escritores. Do *regime representativo* analisamos um livro sobre piratas de Daniel Defoe. Do *regime estético* analisamos um número maior de textos, quais sejam: dois livros de uma série de oito volumes sobre a história naval britânica escrita por John Campbell; um conto de Edgar Allan Poe, sobre um tesouro pirata; uma preleção sobre piratas e pirataria escrita por Oscar Herrmann; e por fim um livro de contos de Arthur Conan Doyle. A partir desses livros buscamos compreender a possibilidade da criação das histórias dos piratas e da pirataria a partir do que Rancière chama de *revolução estética*, principalmente por meio da literatura.

Sumário

Introdução.....	6
I - Histórias de piratas e uma história naval – <i>Mesmo contexto, diferentes histórias</i>.....	11
1. Conhecendo um pouco mais sobre <i>Uma história dos piratas</i> de Defoe.....	12
2. A história naval britânica por John Campbell — <i>piratas e almirantes</i>	26
3. Defoe e Campbell: dois gêneros de escrita.....	33
II - Piratas e pirataria: a história possível pela literatura.....	44
1. <i>O escaravelho de ouro</i> de E. A. Poe: a presença pela ausência.....	44
2. <i>Piratas e pirataria</i> de O. Herrmann: um espectro do passado.....	50
3. <i>Contos de piratas</i> De A. C. Doyle: o pirata solitário, o pirata honroso e o pirata anacrônico.....	58
Considerações Finais.....	78
Referências.....	80
<i>Fontes</i>	80
<i>Bibliografia</i>	80

Introdução

Uma procura por respostas. Todos os trabalhos de histórias não começam assim? No caso deste trabalho historiográfico não seria diferente. O trabalho com as fontes nos permite responder algumas delas, porém, surgem outras perguntas. Isso faz com que a busca por essas respostas pareça não ter fim. Faz também com que o contar dessa história seja ainda mais difícil. Percebemos, num dado momento, que temos que contar parte de uma história, uma versão, um fragmento. Não encontramos a verdade dos fatos, o que traz uma certa insegurança para essa escrita. Mas, por outro lado, faz perceber que o importante não é o encontrar a verdade, e sim encontrar pedaços de histórias e aprender como contar as mesmas dando-lhes sentido.

As inquietações que motivaram essa pesquisa, desde o princípio, estiveram relacionadas com a criação das imagens dos piratas e da pirataria pelas artes — principalmente pelo cinema e pela literatura. No início de nossas investigações, fazíamos o seguinte questionamento: “*Qual o papel dos piratas — mais especificamente os chamados Piratas do Caribe¹ — na história; e por qual razão a imagem dos mesmos é recorrente em nossos entretenimentos?*” Claramente, responder esses questionamentos seria praticamente impossível para um trabalho de monografia, por sua vasta abrangência.

Para tornar possível uma pesquisa sobre o assunto, foi necessário fazer escolhas, “recortes” e definir de fato o objeto de pesquisa. A primeira delas foi em trabalhar com literatura. Mas isso ainda é muito amplo. Dentre as obras literárias sobre o assunto com as quais tivemos contato inicialmente — *A história secreta dos piratas*,² *A viagem do Pirata Richard Hawkins*,³ *Bucaneiros da América*,⁴ *Uma história geral dos roubos e crimes de piratas famosos*⁵ — escolhemos este último para analisar mais detidamente.

Uma das razões para essa escolha foi o fato de que esse livro conta histórias das vidas de alguns piratas famosos como Barba Negra, William Kidd, Bartholomeu Roberts, e nos fala

1 Piratas que atuavam nos mares em fins do século XVII e início do século XVIII.

2 COUTO, Sérgio Pereira. **A história secreta dos piratas**. São Paulo: Universo dos livros 2006.

3 SAN MARTIN, Eduardo. **A viagem do pirata Richard Hawkins**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. Originalmente escrito por Richard Hawkins.

4 ESQUEMELING, John. **Os Bucaneiros da América**. Adaptação, introdução e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

5 JOHNSON, Charles. **Uma história geral dos roubos e crimes de piratas famosos**: a política interna, a disciplina de bordo, as façanhas e aventuras de 19 criminosos célebres da era de ouro da pirataria (1717-1724). Tradução de E. San Martin. Porto Alegre: Artes de Ofícios 2003.

um pouco sobre a vida de duas piratas mulheres - Anne Bonny e Mary Read. Além disso, se propõe contar as histórias desses piratas que fizeram parte do que E. San Martin — editor da 1ª versão deste livro com a qual tivemos contato — chama de “a era de ouro da pirataria.”⁶ Esses detalhes aproximam essa fonte daqueles questionamentos iniciais, afinal, como nos chama atenção Luciano Figueiredo ⁷ — que escreveu o prólogo de uma outra edição desse mesmo livro — “[...] o leitor poderá identificar a origem dos personagens das cenas apresentadas em óperas, no teatro, nos romances históricos e no cinema, responsáveis por formar o vasto imaginário da pirataria.”⁸

Ao optarmos por trabalhar com uma fonte literária e após ter escolhido o livro, surgiram questionamentos metodológicos. Queríamos entender um pouco mais sobre quem eram os piratas e como a noção de pirata se apresentava naquele livro em particular. Mas como fazê-lo? Sabíamos prontamente o que *não* queríamos fazer: procurar confirmação na fonte literária do que havia se passado na “realidade”. O intuito não era confirmar nos registros oficiais se os acontecimentos descritos no livro haviam realmente acontecido tal qual foram narrados.

Neste sentido, o trabalho do filósofo Jacques Rancière⁹ é fundamental para esta monografia. O modo como o autor entende a literatura permite um trabalho que vai além da comprovação dos dados entre fonte literária e registros oficiais. Este autor entende que “[...] a literatura faz política simplesmente por ser literatura.”¹⁰ Sendo assim, trabalhamos com o livro escolhido na tentativa de compreender a política própria do mesmo, não só na análise dos acontecimentos descritos, mas para além disso, do *modo* como essa escrita foi feita e as implicações dos usos desse *modo*. A partir disso começamos a levar em consideração o regime de escrita no qual este livro estava inserido.

Ao buscar outras fontes para complementar este trabalho, percebemos algo que se fez mais relevante para esse trabalho do que poderíamos imaginar a princípio — percebemos que

6 Expressão usada por esse editor no título dessa versão. Essa expressão, porém, não conta na segunda edição deste livro em Inglês publicada em 1726.

7 Professor do Departamento de História da UFF e editor da Revista de História.

8 O livro citado anteriormente, da autoria de Charles Johnson, foi, na década de 30, atribuído à Daniel Defoe e por essa razão digo que são os mesmos livros. Não nos deteremos, neste trabalho, na questão autoral. DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas**. [comentários e notas de Manuel Schonhorn]; seleção e apresentação à edição brasileira, Luciano Figueiredo; tradução de Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 10.

9 Professor Emérito de Filosofia na Universidade de Paris (Sain-Denis)

10 RANCIÈRE, J. **The Politics of Literature**. Malden: Polity Press, 2011, p. 3.

a história dos piratas não era uma preocupação daquelas pessoas às quais era atribuído o papel de narrar acontecimentos da História. Os livros de História escritos nos séculos XVIII e XIX, que tinham como recorte temporal o século XVII e início do XVIII — em termos de acontecimentos marítimos, não tinham como personagens importantes os piratas e pouco falavam sobre pirataria.¹¹ O foco desses livros era a Marinha Real Britânica e seus almirantes — com sua crescente importância para a defesa da nação Britânica. Notamos, no entanto, que os piratas eram mencionados vez ou outra, geralmente sendo combatidos e vencidos, sem nomes próprios.

Sentimos, durante a pesquisa, necessidade de aprofundar no que diz respeito à fundamentação teórica acerca do tema *piratas*. Começamos a buscar livros de alguns historiadores sobre o assunto. As histórias dos piratas e da pirataria passa a ser uma preocupação dos “historiadores de ofício” a partir do século XX, quando os historiadores passam a se preocupar com as histórias dos “de baixo”. Encontramos alguns contemporâneos que se dedicam ao assunto, como David Cordingly,¹² Peter Earle,¹³ Jan Rogozinski¹⁴ e Marcus Rediker¹⁵. O livro com o qual tivemos acesso mais prontamente foi o de Rediker: *A Hidra de Muitas Cabeças*.¹⁶

No entanto, logo percebemos que não era com o auxílio do trabalho deste autor que encontraríamos as respostas para os nossos questionamentos. Rediker tenta compreender o papel desses piratas — enquanto “proletários marítimos” — na construção de um mundo moderno. Neste livro, Rediker e Linebaugh “[...] apresentam uma original contranarrativa da modernidade, expondo o outro lado — ‘de baixo para cima’ — da formação do capitalismo

11 Os livros consultados foram os oito volumes de CAMPBELL, John. **Naval History of Great Britain**, including the History and Lives of the British Admirals. London: Piccadilly, 1813. 8 v. Disponível em: <<http://ia700200.us.archive.org/18/items/navalhistoryofgr01campiala/navalhistoryofgr01campiala.pdf>>. Acesso em 17/03/2013; e os três primeiros volumes de CLOWES, Wm. Laird. **The Royal Navy, a history** - From the earliest times to the present. 7 v. London: Sampson Low, Marston and Company, 1898. Disponíveis em: <<https://archive.org/search.php?query=clowes%2C%20w.%20l.%20the%20royal%20navy%20AND%20mediatype%3Atexts>>

12 Historiador Naval Inglês, graduado em Oxford. Autor dos livros *Pirates: Fact and Fiction* (1992); *Life among the Pirates, Under the Black Flag* (1995); *Woman Sailors, Heroines and Harlots* (2001) *Spanish Gold: Captain Woodes Rogers & The Pirates of the Caribbean* (2011).

13 Historiador autor de alguns títulos como: *The Pirates Wars* (2003), *The Sack of Panamá* (2007) e *Treasure Hunt* (2008).

14 Historiador autor de *Pirates! Brigands, Buccaneers, and Privateers in Fact, Fiction, and Legend* (1996) e *Honor Among Thieves : Captain Kidd, Henry Every, and the Pirate Democracy in the Indian Ocean* (2000)

15 Professor de História na Universidade de Pittsburgh, autor de *Villains of all Nations* (2005) e *A hidra de muitas cabeças* (2008).

16 LINEBAUGH, P. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

global.”¹⁷ As inquietações que impulsionaram essa pesquisa não se contentavam com essa reflexão um tanto quanto utilitarista.

Em meio a essa nossa busca, entramos em contato com aqueles livros de literatura citados anteriormente, que tratavam do assunto, e neles encontramos as fontes que nos permitiriam entender melhor como se deu a construção das histórias da pirataria e dos piratas. Uma dessas fontes foi a coletânea de livros escritos no século XIX por John Campbell, na qual ele narrava, em oito livros, a História Naval da Grã Bretanha. Percebemos, no entanto, que essas fontes — ao contrário do que pensávamos a princípio — construíam uma imagem dos piratas que se aproximava mais dos livros de Campbell do que do livro de Defoe. Eles pertenciam ao mesmo regime de escrita dos livros de Campbell: *o regime estético das artes*. E a partir daí, com material em mãos e muito trabalho pela frente, começamos a analisar mais detidamente os livros escolhidos para que pudéssemos entender e explicar melhor nossas hipóteses, sendo a principal delas a possibilidade da construção da imagem e da história dos piratas e da pirataria — de maneira mais efetiva — a partir do *regime estético*.

No primeiro capítulo desta monografia, analisamos os *modos* como são construídas as imagens dos piratas no livro de Defoe, de 1724, em comparação com as imagens produzidas a partir de menções sobre os piratas no terceiro e quarto volumes dos livros de Campbell, escritos a partir do ano de 1744. Procuramos evidenciar neste capítulo, as implicações das peculiaridades nos modos de produção dessas imagens em dois regimes de escrita diversos: o *regime poético ou representativo* e no *regime estético*.

No segundo capítulo, trabalhamos com um conto de Edgar A. Poe, uma preleção de Oscar Herrmann e os contos de piratas escritos por Arthur C. Doyle. Ao contrário do que acontece no primeiro capítulo, neste segundo, o foco não são os distanciamentos nos modos de criação das imagens dos piratas, mas sim suas aproximações — visto que todos pertencem ao mesmo regime de identificação da arte: o *regime estético* — que permitem compreender a possibilidade da construção dessas histórias dos piratas.

Temos consciência de que não esgotamos o assunto — e como disse no início dessa introdução — a busca por respostas aos questionamentos iniciais nas fontes, além de ter-nos feito percorrer caminhos diversos daqueles estabelecidos no projeto de monografia, trouxe perguntas outras para as quais ainda não conseguimos respostas. No entanto, nas páginas

¹⁷ Ibidem. Este texto está na capa da edição brasileira do livro.

seguintes estão as reflexões sobre o tema proposto que conseguimos fazer até o presente momento.

I - Histórias de piratas e uma história naval – *Mesmo contexto, diferentes histórias*

Neste primeiro capítulo, procuraremos compreender de que forma são construídas as imagens dos piratas no livro de Daniel Defoe – *Uma História dos Piratas*¹⁸ de 1724, bem como nos livros de John Campbell escritos em 1744.

Quando nos questionamos sobre uma história dos piratas, a primeira coisa que pudemos perceber, na busca de fontes, foi a aparente inexistência de maiores detalhes acerca dos piratas nas narrativas dos historiadores daquele período. Entretanto, isso não quer dizer que essa história não tenha sido contada de outras formas que não sejam as consolidadas pelos historiadores de então.

Daniel Defoe¹⁹ narra-nos a história de alguns desses piratas. Entretanto, no começo do livro, o autor põe uma ressalva — direcionada provavelmente aos historiadores oficiais — acerca da denominação História empregada em sua obra: “Presumo não ser necessário nos desculparmos por atribuir o nome de História às páginas que se seguem, embora elas não contenham senão os feitos de um bando de ladrões.”²⁰ O referido escritor procura, apesar de sua abordagem, justificar a necessidade de relatar essas histórias, quando nos diz que: “São a bravura e a estratégia de guerra que fazem com que as ações mereçam ser relatadas.”²¹

Optamos por trabalhar mais detidamente com a edição do livro dessas histórias publicado no Brasil em 2008: “*Uma história dos piratas*”²². Nesta edição, Luciano Figueiredo²³, seleciona as histórias de nove dos dezenove piratas, sobre os quais Daniel Defoe discorre na sua edição de 1724.²⁴ Neste livro, as histórias narradas estão circunscritas no período que compreende entre meados da década de 1690 até o ano em que ele termina sua narrativa - 1724.

No decorrer da pesquisa, ao contrário do que parecia inicialmente, percebemos que não existe um completo silêncio historiográfico sobre a existência e as ações dos piratas. Apesar de não termos encontrado um livro que se dedique especificamente sobre a existência e as ações dos piratas no período analisado, encontramos algumas menções sobre piratas nos livros que narram a História Naval da Grã-Bretanha. Neste trabalho, daremos ênfase a uma

18 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.*

19 (1659-1731) Escritor, mercador e jornalista inglês, famoso por seu livro *Robson Crusoe*.

20 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 15

21 Ibidem.

22 Ibidem.

23 Professor do Departamento de História da UFF e editor da Revista de História.

24 JOHNSON, C. *A General History of the Pyrates... op. cit.*

coleção sobre o assunto escrita por Campbell em 1744 e publicada em 1813, intitulada *Naval History of Great Britain*²⁵. Nesses livros, os piratas são entendidos como um problema sério a ser enfrentado pela Marinha que se apresenta cada vez mais forte na história naval britânica. Neles, Campbell aponta as dificuldades a serem enfrentadas com a pirataria:

[...] o número de piratas aumentou tanto que eles não infestam só os mares da Jamaica, mas aqueles do norte do continente da América; e isso faz com que - a menos que medidas sérias sejam tomadas - o comércio da Grã Bretanha naqueles lugares, não seja somente atrapalhado, mas corre o grande risco de ser perdido; [...] ²⁶.

Como foi colocado anteriormente, nestes livros que se dedicam à história naval britânica, não encontramos mais que *menções* aos piratas. Apresentam-se como um problema a ser resolvido pelos reis visando a proteção comercial entre os países da Europa e as colônias das Índias Ocidentais. E é justamente por essa razão que existe a necessidade de que outros, que não os historiadores oficiais, narrem essa história.

Defoe, no entanto, por mais que justifique a necessidade de escrever sobre os piratas por sua *bravura e a estratégia de guerra*, não deixa de fazer uma narrativa que constrói uma imagem repugnante do pirata. Com objetivos aparentemente definidos, como assinala Luciano Figueiredo na introdução da edição da Zahar de *Uma história dos piratas*: “[...] eram claros os objetivos do livro: oferecer subsídios críticos bem fundamentados para a política de destruição definitiva dos piratas.”²⁷

Tendo sido feitas as devidas apresentações iniciais, procuraremos compreender, a partir de agora, mais detidamente, o modo como essas narrativas constroem a imagem desses piratas. Começemos pelo livro de Daniel Defoe - *Uma história dos piratas*.

1. Conhecendo um pouco mais sobre *Uma história dos piratas* de Defoe.

Tendo analisado mais detidamente as fontes, foi possível perceber alguns padrões no modo como essas histórias dos piratas são narradas, bem como no modo como elas terminam

25 CAMPBELL, John. **Naval History of Great Britain**, including the History and Lives of the British Admirals. London: Piccadilly, 1813. 8 v. Disponível em: <<http://ia700200.us.archive.org/18/items/navalhistoryofgr01campiala/navalhistoryofgr01campiala.pdf>>. Acesso em 17/03/2013.

26 CAMPBELL, Dr. John. **Naval History of Great Britain...** *op. cit.* v. 4, p. 139.

27 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.* p. 8.

— mal. Essa questão é anunciada por Defoe já em sua introdução. Como veremos em quase todos os exemplos dados pelo autor nesta edição “[...] a grande maioria desses bandidos é logo exterminada durante as perseguições, e que de uma hora para outra eles se vêm precipitados no ‘outro mundo.’”²⁸

No primeiro capítulo deste livro, sobre o *Capitão Avery e a sua tripulação*, Defoe nos conta um pouco da vida desse tão comentado aventureiro. Conta-nos dos rumores correntes na Europa sobre o sucesso de Avery após seu ingresso na pirataria. Fala-nos de um homem com sucesso financeiro e “com a dignidade de um verdadeiro rei”.²⁹ Casado com a filha de Aurangzebe, imperador do Hindustão (Índia),³⁰ e portador de grande fortuna, designavam-no, segundo Defoe, como *The Successfull Pirate* (O pirata bem sucedido). Imagem que o autor busca desconstruir, desde o início do capítulo, afirmando a falsidade desses rumores. Começa com essa afirmação e continua seu texto, construindo a história desse pirata em contraposição aos rumores sobre ele ter sido bem sucedido em suas empreitadas como pirata.

Fala-nos de sua origem no oeste da Inglaterra, de sua educação para a vida marítima e de seu trabalho em um navio mercante — o qual viria a roubar afim de usá-lo para fazer fortuna nas costas da Índia. Assinala que o comandante do navio tomado por Avery possuía muitos vícios e era pouco respeitado — o que Defoe aponta como uma das causas dele ter perdido o comando do navio para Avery. Após o motim, velejavam rumo a Madagascar, onde capturou o navio de Aurangzebe, que levava uma de suas filhas para a Meca - a filha que Avery vai desposar.

Depois de alguns atos de pirataria bem sucedidos, Defoe narra que Avery voltou para Inglaterra, trocou seu nome e viveu às escondidas. O dinheiro que conseguiu fazer, acabou em pouco tempo, conta-nos o autor. E o que resta para esse pirata é um triste fim, semelhante ao fim dos que seguirão. Não se termina bem a vida se já viveu como pirata. Defoe nos narra que Avery

[...] Embarcou num navio mercante para Plymouth, pagando sua passagem com trabalho, e dali foi a pé até Biddiford onde, apenas alguns dias depois, ficou doente e morreu, sem merecer ao menos que lhe comprassem um caixão.³¹

28 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 26.

29 Ibidem, p. 43.

30 Reinou em Dehli de 1658 a 1707.

31 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 51.

O segundo capítulo é sobre a vida do *capitão Teach, conhecido como Barba-Negra*, e sua história também não acaba bem. Nem mesmo toda sua bravura foi capaz de mantê-lo vivo.

Quando nos narra sobre a vida de Barba Negra, Defoe não começa falando sobre suas origens, mas sobre o início de suas aventuras no mar. Não nos conta de onde esse pirata veio, mas por onde ele passou. O autor discorre sobre os saques desse pirata na costa da América e conta-nos que várias das ações de Teach ocorreram próximas à costa, causando terror nos que viam de terra firme.

Defoe fala, para além disso, da relação de Teach com o governador da Carolina do Norte, Charles Eden. Relação essa, que começa com a apresentação deste pirata para receber o perdão pelo Ato de Clemência³². Depois disso, discorre sobre a aparente relação amigável entre o governador e o pirata, o que colocará o governador em uma situação muito ruim após a morte de Teach, visto que este comete atos de pirataria depois de ter recebido o perdão concedido por aquele governador.

É interessante o modo como o autor nos fala sobre o recebimento do perdão por parte de Teach. Por mais que a ação tenha sido em busca de se redimir de seus crimes, Defoe assinala que a intencionalidade do pirata era outra, e procura nos mostrar isso no trecho a seguir. “Mas parece que aquela submissão ao Ato de Clemência nada tinha a ver com uma regeneração real de comportamento, sendo apenas pretexto para aguardar a melhor oportunidade para seguir com o mesmo jogo de antes.”³³ E em sequência, explica um pouco mais a razão dos problemas com a Coroa que o governador tem que enfrentar por conta de sua amizade com Teach.

O primeiro favor que esse amável governador prestou a Barba-Negra foi conceder-lhe direitos sobre o grande navio que capturou - e que passou a chamar-se *Queen-Anne's Revenge* - quando nele percorria os mares praticando seus atos de pirataria. Para isso, um tribunal do Vice-Almirantado foi realizado em Bath-Town. E, a pesar de Teach jamais ter recebido qualquer autorização em sua vida, e da embarcação pertencer aos comerciantes ingleses, sendo capturada em tempos de paz, mesmo assim aquele barco foi desapropriado e qualificado como presa tomada aos

32 Esse ato de clemência, por meio de uma Proclamação Real de setembro de 1717 - prevista para vigorar até janeiro de 1718 - assegurava o Perdão Real a todos os piratas que se rendessem aos poderes da Coroa Britânica.

33 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.* p. 63.

espanhóis pelo referido Teach. Tais procedimentos demonstram que governadores, afinal, não passam de simples homens.³⁴

Nem todos os governadores, no entanto, como tenta nos mostrar Defoe, são como o da Carolina do Norte. O Vice-Governador da Virgínia publica recompensas pela captura e morte dos piratas. Quem capturasse Teach receberia 100 libras, a maior das recompensas oferecidas. Uma expedição sigilosa, comandada pelo tenente Maynard, foi organizada para a captura daquele pirata. Teach recebeu informações sobre essa emboscada — enviadas pelo governador da Carolina do Norte, no entanto, como outras emboscadas já haviam sido anunciadas e não ocorreram de fato, ele não se organizou em defesa — isso fez com que fosse derrotado.

Sobre o fim de Teach, Defoe nos conta que aquele “Recebeu vinte e cinco ferimentos, cinco dos quais à bala. No final, quando engatilhava uma outra arma, depois de tantas que havia usado, ele tombou morto.”³⁵ E como não bastasse ter sido morto seu corpo físico, também deveria ser morto seu símbolo de poder pirata. Defoe nos conta que o tenente que o derrotou “[...] ordenou que arrancassem a cabeça de Barba-Negra e a pendurassem na ponta do gurupês.”³⁶ Bravura e força não foram suficientes para escapar de seu triste fim.

O pirata sobre o qual Daniel Defoe discorre no terceiro capítulo, *O major Stede Bonnet e sua tripulação*, também tem um triste fim. Mas, comecemos pelo início da história narrada pelo autor. De todos, o mais improvável para entrar nessa vida de roubos. Defoe descreve o Major Bonnet — que passaria a ser reconhecido como Capitão Thomas — como homem letrado, de boa reputação e possuidor de grande fortuna. Neste capítulo, o autor não narra grandes feitos como fez nos outros, mas narra os infortúnios desse homem de bem que por alguma “perturbação mental”³⁷ praticou pirataria. Infortúnios tais como a perda do comando de seu navio à mando de Barba-Negra e o fato de ter sido enganado pelos piratas que há pouco havia salvado.

Ao contrário da bravura que Defoe narra em outros piratas, o autor vê em Bonnet um covarde, se assim podemos dizer. Narra-nos se referindo a ele: “Ao aproximar o momento de sua execução, toda sua firmeza faltou-lhe, e os seus modos e agonias se apoderaram dele de

34 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.*

35 Ibidem, p. 69.

36 Ibidem, p. 70.

37 Ibidem, p. 82.

tal forma que ele parecia quase insano quando chegou ao local de execução.”³⁸ Mas nos diz que esse comportamento foi o que fez com que seus amigos se manifestassem contra sua execução, após sua condenação à forca. Defoe continua:

O seu lastimável comportamento depois da sentença afetou muito as pessoas da província, (que o conheciam antes de começar a praticar atos de pirataria) especialmente as mulheres, e muitas solicitações foram feitas ao governador para que sua vida fosse poupada, mas foi tudo em vão.³⁹

Por mais que seus amigos da corte rogassem que ele fosse absolvido, foi condenado. “Que vós, o citado Stede Bonnet, ireis daqui para o lugar de onde viestes, e dali para o local das execuções, onde sereis enforcado pelo pescoço até a morte.”⁴⁰

O quarto capítulo traz não o fim de um, mas de três piratas importantes: o de John Rackam, que dá nome ao capítulo, *Capitão John Rackam e sua tripulação*, e também de Mary Read e Anne Bonny — as piratas mulheres. Levemos em consideração o modo como Defoe narra a história desses três piratas.

O autor nos conta pouco sobre a vida de John Rackam. Fala de quando ingressa na pirataria como contramestre de outro pirata — Vane. Conta-nos que foi eleito capitão em seu lugar em 1718, pois Vane se recusara atacar uma fragata francesa. Defoe discorre sobre uma das façanhas deste pirata: o roubo de uma chalupa inglesa que estava em posse dos espanhóis, como meio de escapar de uma emboscada em que se encontrava com sua tripulação em seu próprio navio.

[...] como a presa dos espanhóis, por questão de segurança, ficara ancorada perto da praia, entre a pequena ilha e a terra firme, Rackam embarcou seus homens num escaler, armados com pistolas e cutelos, contornou silenciosamente a ilhota e lançou-se a bordo da presa, no meio da noite, sem que ninguém notasse. Disse aos espanhóis a bordo que bastava a menor palavra ou o menor ruído e eles seriam todos mortos, e zarpou para alto-mar. A fragata espanhola estava tão concentrada na próxima captura do navio, que nada mais lhe passava pelos pensamentos. E assim que raiou o dia, desferiu uma furiosa descarga de artilharia contra a chalupa - que estava totalmente vazia. Não demorou muito para se darem conta do que realmente se passava, e então amaldiçoaram-se a si próprios, chamando-se de tolos por deixarem escapulir uma tão valiosa presa, como ela mostrara ser, obtendo em seu lugar apenas um velho casco todo esburacado.⁴¹

38 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.*, p. 98.

39 Ibidem.

40 Ibidem. p. 99.

41 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 102.

Conta-nos ainda, sobre uns pequenos roubos desse pirata, logo seguindo para a história de como foi capturado, condenado e morto. Defoe nos conta que Rackam foi condenado à força, após sua captura e seu corpo foi “[...] posteriormente pendurado e acorrentado em Plumb Point [...].”⁴²

Quando Defoe narra a vida das piratas Mary Read e Anne Boony, ele o faz de maneira bem diferente de quando conta sobre a vida dos piratas do sexo masculino. Começa a narrar suas vidas desde a infância incluindo suas dificuldades, amores, e claro, suas aventuras como piratas. Segundo o próprio autor: “Os estranhos incidentes das suas vidas errantes são tais que muitos ficarão tentados a achar que toda essa história nada mais é que uma novela, ou um romance.”⁴³

Mary Read, conta-nos Defoe, nasceu na Inglaterra e foi tomada desde pequena por menino. Explica-nos esse fato com a seguinte história: sua mãe fora casada com um homem que trabalhava no mar e com ele teve um filho. Certa vez, o marido sai de viagem e nunca mais volta.

A mãe, no entanto, que era jovem e frágil, deparou-se com um acidente muito comum entre mulheres jovens que não tomam certas precauções: em pouco tempo estava grávida e sem um marido para assumir a paternidade. [...] Vendo que o seu ventre crescia e a fim de ocultar sua vergonha ela despediu-se formalmente dos parentes do seu marido, explicando que partia para viver com alguns amigos, no interior. E assim ela se foi, levando consigo o seu pequeno filho, que nesse tempo ainda não tinha um ano. Pouco depois da partida o menino morreu, porém a Providência achou por bem conceder-lhe uma menina (Mary Read), em seu lugar.⁴⁴

Mas, quando o dinheiro acaba, a mãe de Mary Read decide voltar para Londres e resolve fazer com que a filha se vestisse como menino — se passando pelo primeiro filho — para que a sogra a ajudasse a sustentar a criança. “A mãe conseguiu o que queria, criou a filha como menino, e tão logo esta adquiriu certa noção das coisas, achou melhor informá-la sobre o segredo do seu nascimento, convencendo-a a esconder o seu verdadeiro sexo.”⁴⁵

Com a morte de sua avó, sua mãe a expulsa de casa — conta-nos o autor. Depois disso, Mary Read arruma trabalho numa fragata e, para isso, continua se passando por homem. Ela

⁴² Ibidem, p. 104.

⁴³ Ibidem, p. 106.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem, p. 107.

só se revela quando se apaixona por um de seus companheiros de trabalho. Casa-se com ele e sai dessa vida do mar visando construir uma vida honesta — montam um restaurante. No entanto, seu marido morre e o restaurante perde o movimento por diversas razões, com isso, ela se vê forçada a procurar trabalho num navio. Logo estaria praticando pirataria em companhia de Rackam e Anne Bonny, demonstrando diversas vezes sua coragem e bravura, segundo Defoe.

No que diz respeito à sua morte, Mary fora condenada, mas “[...] por estar às vésperas de dar a luz [...] sua execução foi adiada, e é possível que ela conseguisse algum apoio, porém pouco depois do julgamento, teve uma violenta febre da qual veio morrer na prisão.”⁴⁶

Assim como faz com a história de Mary Read, quando nos narra a história da Anne Bonny, Defoe o faz desde seu nascimento. Já na primeira frase da narrativa da história desta pirata, o autor reconhece que - como dissemos anteriormente - essas narrativas são diferentes das dos outros piratas sobre os quais ele discorre. “Como entramos em maiores detalhes nas vidas dessas duas mulheres do que nas dos outros piratas, é nosso dever, como fiéis historiadores que somos, começar pelo seu nascimento.”⁴⁷

De acordo com a narrativa de Defoe, Anne Bonny é fruto de uma traição, da relação entre um patrão e sua criada. O autor narra alguns detalhes desse romance, e conta-nos que a primeira vez que Anne Bonny se veste como menino é quando seu pai tenta levá-la para sua casa para que possa ser educada e faz com que ela se passe por um menino para que sua esposa não reconheça a filha da criada. Medida que não dá muito certo. Em seguida nos conta que o homem, a menina e a criada se mudam para a Carolina e que logo após a mudança a criada vem a falecer, fazendo com que Anne passe a cuidar da casa. No entanto, essa situação não duraria muito tempo, visto que seu pai a expulsa de casa quando ela decide se casar com um homem que ele não aprovava, um rapaz que vivia no mar. Após casar-se foi para Providence com seu marido, de quem foi separada por Rackam, quando este se apaixona por ela. Para seguir Rackam no mar e ser aceita sem problemas no navio, volta a vestir-se como homem.

O fim de Anne Bonny foi um pouco diferente - mas como podemos perceber em outros casos no livro, quando o fim não é ruim é um fim desconhecido. “Ela continuou na prisão até

46 I DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.* p. 113.

47 Ibidem.

a época de dar a luz, e a sua execução foi adiada por diversas vezes. Mas o que aconteceu com Anne Bonny posteriormente, nós não sabemos.”⁴⁸

Defoe narra as histórias do *Capitão Bartholomew Roberts e sua tripulação* no quinto capítulo deste livro. Este, o capítulo mais longo, cheio de detalhes e documentos em comparação aos outros sobre os quais discorreremos acima. Os julgamentos da tripulação de Roberts - anexados neste capítulo⁴⁹ - mostram-nos que dificilmente havia como escapar da execução, uma vez que fossem presos como piratas.

A história desse pirata não é muito diferente das outras que Defoe narra. Roberts não começa como vilão. Ele tem seu navio capturado por piratas e, segundo o autor, mostrava, inicialmente, repugnância pelo estilo de vida daqueles homens, mas aos poucos fora modificando seus princípios. Após a eliminação do então capitão do navio que o havia capturado — Davis —, Bartholomew Roberts foi eleito o capitão do navio.

O capítulo, no entanto, não é tão semelhante. Nele, como já assinalado acima, podemos ver uma série de documentos e uma longa descrição sobre a viagem desse pirata ao Brasil, na qual descreve um pouco sobre os navegadores portugueses, com perceptível desdém para com eles. Num dado momento, na costa brasileira, ao encontrar uma frota portuguesa, os piratas viram a oportunidade de conquistarem um grande butim, mesmo estando numericamente em desvantagem. “[...] o comandante português logo apontou um dos navios, com quarenta canhões e cento e cinquenta tripulantes, e muito mais potente que o dos bandidos. Mas isso de forma alguma os desanimou, pois, como comentaram: eram portugueses.”⁵⁰ É interessante perceber que, ainda que durante sua narrativa Defoe construa uma imagem ruim dos piratas, ela ainda é melhor do que a imagens de navegadores estrangeiros, principalmente os portugueses e espanhóis.

Podemos ver também alguns detalhes que nos permitem construir uma ideia de como esses piratas viviam. Isso se dá pois, além das façanhas em batalhas, discorre um pouco mais sobre a vida cotidiana. E é interessante perceber que quase sempre quando fala sobre a vida desses piratas, procura deixar claro seus maus hábitos e vícios, bem como as más condições de vida.

48 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.*, p. 119.

49 Ibidem, p. 178-218.

50 Ibidem, p. 130.

[...] só com muita dificuldade eles conseguiam se manter unidos sob alguma espécie de regulamento. Pois, estando constantemente enlouquecidos ou embriagados, o seu comportamento produzia desordens infindáveis, cada qual imaginando ser um capitão, ou um príncipe ou um rei. Quando Roberts percebeu que não havia meios pacíficos para administrar aquela comunidade de brutamontes selvagens e ingovernáveis, nem como impedi-los de beber excessivamente e provocar todos os distúrbios a que estavam acostumados, ele passou a adotar ares mais rudes e uma postura mais autoritária [...].⁵¹

Nesse capítulo, discorre algumas páginas sobre a dificuldade de abastecimento e limpeza. E assim como em outras partes do livro, relaciona essas desgraças como sendo punições divinas para seus crimes. Sobre uma dessas situações de dificuldades, o autor narra que “Até ali eles viviam desafiando o único poder em que agora deviam confiar para se salvarem, e de fato, sem a intervenção da Providência, só havia uma lamentável escolha: a de morrerem pelas próprias mãos, ou se deixarem morrer a míngua.”⁵² Ainda sobre a mesma situação nos diz que

[...] eles prosseguiram seu curso, racionando o consumo de água e permitindo só um gole por pessoa a cada vinte e quatro horas. Muitos bebiam a própria urina, outros água do mar, o que, em vez de aliviá-los, aumentava-lhes insaciavelmente a sede, o que acabava por matá-los.⁵³

Como já foi dito anteriormente, os julgamentos anexados a este capítulo, auxiliam na percepção do destino de um homem que se dedicava à pirataria: a execução por seus crimes. Essa construção de exemplos do que acontecia com esses piratas é ainda reforçada no próprio texto do autor de maneira mais direta:

[...] vemos que para os maus sempre chega um desastroso final, e só raramente eles conseguem escapar da punição por seus crimes, por sua vida promíscua, pelos roubos, saques e depredações que cometem contra seres humanos, crimes que contrariam a luz e a lei da Natureza, como também a lei de Deus.⁵⁴

Um outro detalhe que achamos importante ressaltar sobre esse capítulo é que, nele, Defoe transcreve os regulamentos sob os quais os piratas da tripulação de Roberts viviam. O direito de voto, o abandono como punição para fraude, a proibição de jogos valendo dinheiro,

51 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.*, p. 151.

52 Ibidem, p. 146.

53 Ibidem.

54 Ibidem, p. 137.

a preparação das armas, a proibição de lutas a bordo, o descanso estabelecido para os músicos nos sábados e a proibição da presença de mulheres são alguns deles.

Depois de narrar suas aventuras, Defoe narra o fim de Roberts, contando-nos que foi em batalha. “E ali, talvez Roberts pudesse acabar desesperadamente com aquela batalha, se a morte, trazida velozmente por uma metralha de canhão, não interferisse, atingindo-o diretamente na garganta.”⁵⁵ No que diz respeito ao julgamento da tripulação de Roberts que foi capturada após sua morte, Defoe nos conta que o tribunal “[...] sem qualquer hesitação, declarou todos como culpados”⁵⁶ apesar de que “A essas acusações, todos se declaram inocentes.”⁵⁷

O sexto capítulo é sobre *O capitão John Smith e sua tripulação*. Começa a história desse capitão, assim como em outros capítulos, a partir do ingresso do mesmo em sua vida no mar. O capitão John Smith, conhecido como Capitão Gow, trabalhava em navios mercantes antes de ingressar na pirataria. Inclusive, foi após um motim contra um capitão rabugento de uma dessas fragatas mercantes — Fernau — na qual este fora executado pela tripulação, que ele se tornou capitão e saíria cometendo atos de pirataria. Atos esses, segundo Defoe, muito mal sucedidos, os quais narra para que possa comprovar tal fato.

Um desses atos foi o saque ao navio de um governador que não tinha nada além de provisões, e um outro, foi o roubo de um escalor que foi arrastado pela correnteza se defrontando com um barco da alfândega. Esses são apenas alguns exemplos que o autor nos dá dos infortúnios pelos quais o Capitão Gow passa, isso sem contar a situação na qual foi capturado. Enquanto tentava fugir do Capitão que tentava capturá-lo, seu navio encalhou. O fim desse pirata foi um fim comum aos piratas que eram condenados nessa época. “[...] o capitão Gow [...] foi julgado em Execution-Dock [...] e teve seu corpo posteriormente pendurado em correntes.”⁵⁸

Finalmente, no sétimo e último capítulo, temos a narrativa da história do *Capitão William Kidd*. “[...] alguém cujo nome é mais conhecido na Inglaterra do que a maioria dos que tiveram suas histórias aqui narradas.”⁵⁹ Alguém - prossegue Defoe - “[...] cujo julgamento

55 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.*, p. 171.

56 Ibidem, p. 191.

57 Ibidem, p. 182.

58 Ibidem, p. 231.

59 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.*, p. 233.

e execução públicos, neste país, tornaram-no tema de todas as conversas, tanto que até em baladas suas ações foram cantadas e divulgadas.”⁶⁰

O autor começa sua narrativa sobre esse pirata comentando de seu início como corsário, falando de sua coragem e experiência como navegador. Razões pelas quais, segundo Defoe, foi considerado a pessoa mais adequada para “[...]comandar uma navio oficial para realizar cruzeiros em busca de piratas, já que ele conhecia perfeitamente os mares da região, além de todos os pontos de trocas que eles usavam.”⁶¹

A Kidd, o rei William III concedeu o título de almirante — um cargo de chefia na administração naval da Grã-Bretanha — afim de que ele capturasse os piratas que atuavam nas costas da América. No entanto, após sair da Inglaterra, começa ele mesmo a cometer atos de pirataria. Defoe procura compreender a razão dessa mudança de comportamento e acredita que possa ser justificada pelo insucesso na captura desses outros piratas. Acerca dessa mudança no comportamento de Kidd, Defoe nos diz que

Não temos como afirmar como se deu aquela súbita modificação no seu comportamento, a não ser supondo que as intenções dele fossem boas no início, enquanto havia esperanças de fazer fortuna com a captura dos piratas. Mas depois, cansado de insucessos, e temendo que os proprietários da embarcação, aborrecidos com as grandes despesas, o despedissem e ele ficasse desempregado e marcado como homem de pouca sorte, acho que ao invés de correr o risco de ficar pobre, ele preferiu realizar os seus negócios de outra maneira [...]⁶²

Acreditamos que, pelo fato de ter sido o Rei a conceder o título de chefia a Kidd, quando este se comporta como pirata, perde seu direito ao Perdão Real para os atos de pirataria publicado em 1699. O nome de Kidd e Avery estavam excluídos daquela publicação.

Quando Kidd foi capturado, conta-nos Defoe, ele usa como justificativa para seus crimes a baixeza de sua tripulação, mas isso não o livra da condenação. Assim como Capitão Jonh Smith, foi condenado à força e teve seu corpo pendurado, como nos narra Defoe.

Então, cerca de uma semana depois (da condenação), o capitão Kidd, Nicholas Churchill, James How, Gabriel Loff, Hugh Parrot, Abel Owen e Darby Mullins foram enforcados em Execution-Dock, e depois seus corpos

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem, p. 237.

foram acorrentados e pendurados ao longo do rio, a certa distância um do outro, onde permaneceram expostos por muitos anos.⁶³

Terminamos então, nosso breve apanhado das histórias narradas por Defoe na edição escolhida do livro *Uma história dos Piratas*. A pretensão não é, de forma alguma, dar conta de um resumo detalhado da vida de cada um desses piratas citados, mas sim tentar ver algumas semelhanças e diferenças no modo de se narrar a história dessas pessoas.

Mas, afinal, qual a função de fazer toda essa breve descrição do conteúdo desse livro que está sendo tomado como fonte? Qual o sentido dessa preocupação em evidenciar como se dá o fim de cada uma dessas histórias narradas por Defoe nesta edição do livro?

As respostas para essas perguntas se relacionam diretamente com o método de análise escolhido para o trabalho com essas fontes literárias. A preocupação nesta pesquisa não é a de confirmar os dados narrados por Defoe numa documentação oficial. Não se trata de saber se o que o autor narra em seu livro são acontecimentos *reais*. Trata-se, antes disso, de procurar entender, no próprio modo de escrita desse autor, como se dá a construção do que é a pirataria, ou melhor dizendo, do que é o pirata. Para que isso seja feito, é importante que nos atentemos para algumas regras e critérios dos quais ele se utiliza para a construção de sua narrativa.

Ao analisar essas histórias dos piratas, percebemos, como já assinalado anteriormente, uma tentativa da construção de exemplos que *não devem* ser seguidos. Parece-nos que o modo como Defoe constrói suas histórias se aproxima de um gênero retórico — o deliberativo.⁶⁴ Para esclarecer melhor esta relação entre *Uma história geral dos piratas* e a retórica, recorreremos às explicações de Aristóteles sobre o gênero deliberativo.

De acordo com Aristóteles, é possível deliberar sobre cinco assuntos: “[...]recursos, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações e legislação.”⁶⁵ Ainda levando em consideração esse gênero, Aristóteles nos diz que:

O *discurso deliberativo* nos induz a fazer ou não fazer algo. Um desses procedimentos é sempre adotado por conselheiros sobre questões de

63 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas...* *op. cit.*, p. 244.

64 Segundo as divisões feitas por Aristóteles em seu livro sobre o assunto: ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

65 ARISTÓTELES. *Retórica*. *op. cit.*, p. 57.

interesse particular, bem como por indivíduos que se dirigem a assembléias públicas a respeito de interesses públicos.⁶⁶

O texto de Defoe parece se dirigir não só aos navegadores, aconselhando-os a não entrar nessa vida, dando os mais diversos exemplos de que não tem final feliz aquele que se envolve com a pirataria. Parece-nos ainda, que tenta aconselhar também os governantes que não tomam as devidas providências para acabar com esses criminosos, ou que ainda se envolvem com eles como é o caso do governador da Carolina do Norte que acaba numa situação ruim por sua amizade com Capitão Teach, como narrado anteriormente. Ainda podemos ressaltar que o assunto tratado por Defoe, em certa medida, é um caso de segurança dos domínios coloniais ingleses.

Defoe procura deixar claro suas pretensões com a escrita desse livro: “[...] minhas insinuações visam apenas servir ao público.”⁶⁷ O modo como escreve as histórias dos piratas, os exemplos que ele nos dá do que *não se deve fazer* ao ingressar na vida marítima, permitem que entendamos a proximidade de sua narrativa com o gênero deliberativo. O autor toma como base essas histórias de piratas que vai narrar, para aconselhar, desde o prefácio do livro, sobre as atitudes que devem ser tomadas com relação ao crescente número de piratas.

No decorrer dessa história, forneceremos instâncias de alguns recrutamentos, quando os homens não encontram outra opção senão a de mergulharem num tipo de vida que para eles é tão cheia de perigos e, para a navegação comercial, tão devastadora. Para remediar esse mal, parece não haver mais que dois caminhos: ou se arranja emprego para o grande número de marujos que ficam sem destino após o fim da guerra [...] ou se exerce uma vigilância satisfatória nas costas da África, das Índias Ocidentais e de outros locais aos quais costumam recorrer os piratas.⁶⁸

Uma outra questão que nos chamou atenção é o modo como Defoe, em seu prefácio, procura comprovar a veracidade das histórias que está prestes a narrar. Ele utiliza um modo até então reconhecido para legitimação de uma história que será contada, como nos mostra François Hartog no segundo capítulo de seu livro *O espelho de Heródoto*, intitulado *O olho e o ouvido*: “[...] trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção

66 ARISTÓTELES. *Retórica*. *op. cit.*, p. 53.

67 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas...* *op. cit.* p. 13.

68 Ibidem, p. 11.

no narrador para provar algo.”⁶⁹ Modo este utilizado também por Homero, Tucídides e até mesmo Heródoto, dentre outros. Essa busca de Defoe pela legitimidade de suas histórias aparece logo no prefácio de seu livro, no parágrafo que reproduzimos a seguir.

Aventuro-me a afirmar ao meu leitor que elas (as páginas que seguem) possuem algo que muito as recomenda: a verdade. Os fatos dos quais eu mesmo não fui testemunha ocular, obtive através de relatos autênticos de pessoas relacionadas com a captura dos piratas, como também pelos próprios piratas após serem presos, e acho que ninguém poderia produzir melhores testemunhos em apoio à credibilidade de qualquer história.⁷⁰

Para além do que já foi citado, achamos relevante chamar atenção para um outro detalhe da narrativa de Defoe em sua História Geral dos Piratas. Para que ela se torne uma História Geral, ele se utiliza de casos particulares — as histórias *individuais* dos piratas — para comprovar esse geral pressuposto por ele.

Em suma, vários elementos da construção narrativa de Defoe em *Uma história dos piratas* nos permitem observar a proximidade com as regras e critérios necessários na construção de um discurso do gênero deliberativo. Uma construção narrativa que busca, por meio dos exemplos dos piratas, aconselhar sobre o melhor a fazer, tanto por parte da marinha e das autoridades, quanto por parte dos marinheiros. Afinal, o desfecho que lhes espera caso a melhor decisão não seja tomada, será dos piores possíveis.

Esse movimento narrativo já é o oposto aquele feito por Campbell ao narrar a história naval britânica. Como poderemos perceber mais adiante, durante o trabalho feito com os livros sobre a história naval britânica, Campbell pressupõe a existência de uma generalidade na qual serão inseridas algumas histórias individuais de alguns almirantes. As histórias desses almirantes não servem como exemplos, tal qual no livro de Defoe. O foco na escrita da história naval britânica é dado antes aos Reis da Inglaterra, à própria nação inglesa, do que aos almirantes. Não percebemos nesses livros, critérios que possamos relacionar à um modelo retórico de construção narrativa, percebemos antes, critérios próximos à escrita de textos poéticos. Mas agora não é o momento de entrarmos em detalhes sobre a comparação desses modelos. Essas comparações serão feitas no fechamento desse capítulo após evidenciarmos algumas características dos livros de Campbell como foi feito com o caso do livro de Defoe.

69 HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**, ensaio sobre à representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 273.

70 DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas...** *op. cit.* p. 14.

2. A história naval britânica por John Campbell — *piratas e almirantes*

Passemos, então, para uma nova parte desse capítulo, na qual procuraremos compreender um pouco mais sobre o modo como a narrativa historiográfica de Campbell constrói a noção de pirata, e até que ponto ela se aproxima da narrativa feita por Defoe alguns anos antes.

Quando falamos dos livros da história naval britânica escritos por John Campbell⁷¹ no século XVIII, falamos de quatro volumes intitulados *Naval History of Great Britain, including the History and Lives of the British Admirals*⁷² (História Naval da Grã-Bretanha, incluindo a História e as Vidas dos Almirantes Britânicos). Tivemos acesso a esses escritos por arquivos online. Trata-se das edições desses livros que datam do século XIX — em oito volumes. Dentre todos esses volumes, daremos ênfase aqueles nos quais a temporalidade se aproximava daquela narrada por Defoe em seu livro, que consiste no terceiro e quarto volumes da coleção.

No terceiro volume, Campbell narra a História Naval e a vida dos Almirantes nos reinados de William III — que reina de 1672 à 1702 — mais especificamente neste volume, da Revolução à paz de Ryswick⁷³ — em fins do século XVII. E de Anne — que reina de 1702 à 1714. No quarto volume, continua narrando sobre a História Naval sob o reinado de Anne e também sob os reinados de George I — que reina de 1714 à 1727, e George II — que reina de 1727 à 1760. Interessa-nos neste trabalho o terceiro volume e o quarto até o reinado de George I.

Justificadas as escolhas, procuraremos, a partir desse momento, fazer uma exposição sucinta dos assuntos tratados nestes dois livros sobre a história naval britânica, tal como fizemos com o livro de Defoe.

Nos livros de Campbell, a preocupação é fazer um apanhado geral da situação comercial e política nos mares e nas colônias ultramarinas sob o reinado de um determinado rei ou rainha. As ações dos monarcas não são o foco da narrativa, no entanto é interessante

71 Escritor Escocês (1708-1775) que contribuiu para a escrita da *História Universal* de George Sale.

72 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* *op. cit.*

73 Campbell faz referência aqui a guerra da Inglaterra, Espanha e Império de Roma contra a França. Guerra essa que durou nove anos e tem seu fim no ano de 1697 com a assinatura do tratado de Ryswick, na Alemanha.

perceber que os reinados são o critério para a organização temporal dos capítulos. É a partir deles que o autor organiza sua história. A vida dos almirantes tem papel coadjuvante, o principal aqui, como veremos, não é a história desses indivíduos, mas sim a história naval — enquanto parte fundamental da história da Grã-Bretanha.

Pensemos, então, primeiramente no papel dos piratas na narrativa de Campbell antes de voltar nossos olhares para a vida dos almirantes, propriamente ditas. Algo nos chama atenção prontamente: o fato de que o autor não usa com frequência a denominação pirata — ela aparece em apenas 12 das 548 páginas do terceiro volume e apenas 13 das 546 páginas do quarto volume. No entanto, foi possível perceber algo interessante: por mais que não acuse necessariamente os mercadores ou navegantes de uma outra nação de piratas, Campbell coloca que alguns deles eram responsáveis por agir de maneira *pirática*. Quando ele discorre acerca das dificuldades enfrentadas por comerciantes britânicos a serem resolvidas diz que “[...] os franceses, como já mostramos, fizeram suas escolhas, e seu grande monarca fez sua glória, ao continuar a guerra de maneira pirática, com o propósito de atrapalhar os nossos mercadores, e fazer com que houvesse um grande clamor por paz.”⁷⁴

Façamos um parêntese. Para além do termo *pirático*, buscamos também por outros modos de denominação que poderiam ter sido usados para designar os piratas: corsários - *corsairs*, bucaneiros - *buccaneers*, e até mesmo um outro modo de fazer referência aos corsários - *privateers*. No que diz respeito ao primeiro termo não encontramos nenhuma menção em nenhum dos dois livros que estamos dando mais atenção. Com relação ao segundo - *buccaneers*, encontramos, no começo do terceiro volume, a menção da participação de bucaneiros em batalhas na cidade de Cartagena,⁷⁶ e não mais. Já com relação ao terceiro termo *privateers* encontramos mais menções nos dois livros, no entanto, quando apareciam não faziam referências às pessoas, mas sim às embarcações. Em sua maioria, o termo *privateers* aparece para designar embarcações francesas, espanholas, alemãs e suecas. Raras são as menções dessas embarcações nas frotas britânicas.

Voltemos a falar sobre os piratas e como eles aparecem nos livros de Campbell. Ele nos fala de do aumento no número de piratas logo após a paz em fins do século XVII e comenta

74 Todas as citações do livro de Campbell, originalmente em inglês, foram traduzidas por nós.

75 CAMPBELL, John. **Naval History of Great Britain**, including the History and Lives of the British Admirals. London: Piccadilly, 1813. v. 3. p. 52. Disponível em: <<http://archive.org/search.php?query=naval%20history%20John%20Campbell%20AND%20mediatype%3Atexts>>. Acesso em 17/03/2013.

76 Cidade localizada na atual Colômbia.

sobre a decisão do rei em enviar um Almirante para solucionar o caso específico de um pirata cujo nome era William Kidd. Campbell procura esclarecer um pouco sobre a história desse pirata visto que Kidd é “[...] uma figura considerável nas nossas histórias gerais”.⁷⁷ Quando começa a descrevê-lo discorre acerca das suas qualidades: “[...] um homem audaz e corajoso, que muito sabia sobre a caça aos piratas, que empregado contra tais, muito provavelmente seria bem sucedido.”⁷⁸ Isso para justificar — acreditamos — a tomada de decisão do Rei William III em tornar Kidd um almirante, aquele que deveria trazer os piratas para que a justiça fosse feita — o que, no entanto, não aconteceu. Ele se torna um pirata e uma expedição é enviada para sua captura.

Mais adiante, aparece a narrativa sobre um pirata que foi derrotado por um dos Almirantes da Marinha Real — Sir John Berry — sobre o qual Campbell discorre. É interessante perceber que nesse caso, como em outros nos livros sobre a história naval britânica, a identidade desses piratas não é importante, o nome desse pirata não importa, não aparece, era simplesmente *o pirata*, exceto quando se fala de William Kidd.

Quando começa a narrar a história naval britânica sob o reinado de Anne, o autor nos fala sobre os pedidos de ajuda dos colonos para combater os piratas que, em sua costa, faziam estragos e atrapalhavam o comércio. “Humildemente apresentamos à vossa majestade, um pedido para que ela graciosamente considere, em sua realeza, a necessidade de supressão dos piratas, para que seus roubos e suas depredações sejam efetivamente prevenidas.”⁷⁹ Novamente podemos perceber que não se trata, aqui, de piratas específicos. Não é como no caso do Capitão Kidd, que antes era um Almirante, cuja história precisa ser esclarecida. Em todo o resto do livro, quando se fala de pirata, isso é feito de maneira generalizadora. Não possuem identidade, uma individualidade digna de nota — são só piratas, insignificantes, tanto eles quanto suas ações específicas, em comparação com a história dos Almirantes da Marinha Real Britânica. São os inimigos do “gênero humano”⁸⁰.

No quarto volume, quando Campbell menciona os piratas o faz de maneira bem semelhante de como o faz no terceiro volume. As reclamações sobre os problemas

77 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* op. cit. v. 3, p. 64.

78 Ibidem, p. 65.

79 Ibidem, p. 292.

80 Ibidem, p. 193.

enfrentados pelas colônias por causa dos piratas permanecem no reinado de George I, se não pioram. No ano de 1717 foi publicado que

Reclamações foram feitas para vossa Majestade por um grande número de mercadores, mestres de navios e outros, assim como por alguns governadores de vossa Majestade das ilhas e plantações nas Índias Ocidentais, que os piratas são agora tão numerosos, que infestam não mais só os mares da Jamaica, mas também aqueles mais ao norte do continente Americano; caso medidas efetivas não sejam aplicadas, todo comércio da Grã-Bretanha naquelas partes não só será obstruído, como corre perigo eminente de ser perdido [...]⁸¹

Logo em sequência, no entanto, Campbell procura mostrar que vossa majestade, o Rei George I estava sim, preocupado em resolver essa situação. Conta-nos sobre o envio do Capitão Wood Rogers como governador das Bahamas em 1719, que destrói o poder dos piratas naquela região. O autor nos conta que após o estabelecimento de Rogers em Providence

[...] então de 1º de julho de 1719 até o dia que a proclamação real (de perdão pelos atos de pirataria) fora estendida não havia mais do que três ou quatro navios piratas que continuavam seus negócios, dois deles foram capturados, e suas tripulações executadas, o resto se dispersou e se tornou menos terrível.⁸²

Falamos, então, um pouco sobre como aparecem os piratas na narrativa de Campbell: um problema geral a ser enfrentado pelos reis da Inglaterra e consequentemente pela Marinha Real Britânica, que representava seus interesses. No entanto, achamos relevante comentar um pouco acerca de como as memórias dos almirantes aparecem individualmente nessa narrativa.

No quarto volume, Campbell narra as memórias de vinte e sete almirantes. Dentre elas, selecionamos seis sobre as quais vamos discorrer. Os almirantes selecionados foram aqueles que se destacaram durante o reinado de George I, que compreende dos anos 1714 aos anos de 1727. No entanto — é importante salientar — as memórias desses almirantes remetem também à situações ocorridas alguns anos antes, que se aproxima do recorte temporal das narrativas feitas por Defoe (de meados da década de 1690 até o princípios da década de 1720).

81 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* v. 4 *op. cit.* p. 193.

82 Ibidem, p. 171.

No reinado de George I, as primeiras memórias são as do Almirante George Byng (1663-1733), Lord de Torrington, Almirante dos azuis⁸³. Campbell começa a história desse almirante da data do seu nascimento, contando-nos que este nasceu em uma família importante do Condado de Kent. Sem muitos detalhes, narra-nos sobre seu ingresso na vida marítima, aos 15 anos. Discorre sobre suas promoções e batalhas mais importantes numa sequência linear de fatos. Sua importância para essa história, ao que nos parece, centra-se nos seus sucessos em batalhas contra piratas suecos e contra os espanhóis, o que o autor narra em menos de 15 páginas.

Já que prestamos atenção para o modo como Defoe narra o fim dos piratas, acabou por nos chamar atenção neste texto, o modo como estes almirantes terminam suas vidas. George Byng se aposenta e passa servir o Rei George II em sua terra natal. Muitos elogios são feitos no final de suas memórias. Sobre sua morte, Campbell nos conta que este almirante tem uma morte tranquila em sua casa.

O segundo almirante sobre o qual Campbell discorre é Sir John Jennings (1664-1745). Campbell — também em sequência linear — narra os fatos que compõem a vida de Jennings. É interessante ressaltar que o autor não entra em detalhes ao narrar as batalhas e expedições das quais esses almirantes fizeram parte. O máximo que nos conta sobre elas são as datas de início, o local onde ocorreram e se foi bem sucedidas ou não. Pouco se fala sobre os embates em si, ou mesmo sobre os detalhes das viagens.

A narrativa das memórias desse almirante termina com a história de sua última expedição marítima. Assim como George Byng, Sir Jennings se aposenta e continua a serviço da realeza, vivendo até idade avançada. No caso desse almirante, não temos detalhes sobre sua morte a não ser a data: 1745.

O terceiro almirante que tem suas memórias registradas neste livro, sob o reinado de George I é Sir James Wishart. Campbell nos conta que assim como George Byng, Sir James é proveniente de família respeitável, mas nos fala muito pouco de sua vida - menos que da vida dos dois almirantes comentados anteriormente. Sir James Wishart - diferentemente de John Jennings e George Byng - não permanece a serviço da coroa após parar de servir a Marinha

83 Com o crescimento da frota da Marinha Real Britânica durante o período Elizabetano (1558-1603), ela começa a ser organizada em esquadrões, diferenciados pelas cores vermelho, branco e azul. Inicialmente os almirantes usavam vermelho, os vice almirantes usavam branco e os contra-almirantes usavam azul. No entanto, com o crescimento da frota, foi necessária uma nova divisão que segue: 1. Almirante dos Vermelhos, 2. Almirante dos Brancos, 3. Almirante dos Azuis; 4. Vice-almirante dos Vermelhos, 5. Vice-almirante dos Brancos, 6. Vice-almirante dos Azuis; 7. Contra-almirante dos Vermelhos, 8. Contra-almirante dos Brancos e 9. Contra-almirante dos Azuis.

Real. Quando se aposenta, o faz se afastando de todos os serviços, e morre — segundo o autor — em 1729.

As próximas memórias são as do Vice-almirante Baker (1661-1716). Vários comentários são feitos acerca das habilidades deste vice-almirante enquanto navegador e negociador. Campbell conta sobre seus serviços, o tempo em que trabalha com John Jennings ressaltando o quão importante fora seu trabalho para a defesa do comércio inglês no mar Mediterrâneo. Baker, ao contrário dos outros almirantes sobre os quais já falamos morre em serviço, enquanto se preparava para voltar da Tunísia para Inglaterra. As causas de sua morte não ficam claras e assim, termina sua carreira enquanto almirante e também suas memórias.

O almirante Peregrine Osborne (1659-1729) — Duque de Leeds — é o próximo sobre o qual Campbell discorre. O autor nos conta sobre as origens respeitáveis deste almirante, seguindo com elogios sobre suas habilidades de navegação e citando algumas expedições em que este serviu. Fez um bom serviço, segundo Campbell, como protetor do comércio em seus anos na Marinha Real. Conta-nos, no entanto, que suas primeiras experiências no mar são como capitão privado. Aposenta-se como almirante na Marinha Real para assumir o posto de seu pai — após seu falecimento — como Duque de Leeds, e vive uma longa vida como tal antes de falecer.

O último almirante sobre o qual vamos discorrer é Sir William Jumper (1660-1715). É com muitos elogios que Campbell abre as memórias desse almirante. Sir William Jumper navega, inicialmente — assim como Peregrine Osborne — como Capitão privado. Diferentemente dos outros almirantes, as memórias históricas de Jumper não apresentam uma sequência de promoções na Marinha Real, no entanto, o autor discorre sobre uma série de batalhas bem sucedidas desse Capitão contra os corsários franceses. Recebe seu título de almirante após sua volta para Plymouth, graças suas contribuições para com a Marinha Real, e é agraciado com uma pensão significativa, segundo o autor, a qual recebe até falecer naquela cidade.

Tendo discorrido brevemente sobre os almirantes mencionados no livro durante o reinado de George I, falaremos, neste momento, sobre algumas questões que nos chamaram atenção ao analisar as memórias históricas desses almirantes.

A única vez em que se menciona uma batalha desses almirantes contra um navio pirata é nas memórias de George Byng, nas Índias Orientais, uma batalha menor na qual o “[...] navio pirata acaba por afundar e ele (o Capitão do navio) é retirado do mar, com quase nenhum

resquício de vida.”⁸⁴ Assim como no livro de Defoe, os piratas na história da naval britânica, nunca saem vitoriosos — pelo menos nas batalhas que esses autores escolhem narrar.

Além do silêncio com relação as batalhas travadas nesses anos contra piratas, outro detalhe interessante é que após a paz de Ryswick — fins do século XVIII, já mencionada anteriormente — período de maior atividade dos piratas nas colônias da América, é o período em que, nas histórias dos almirantes, nada de importante se tem a contar. “A paz de Ryswick acontecendo alguns meses depois, não encontramos nada memorável a respeito desse excelente comandante até o momento da ascensão da Rainha Anne.”⁸⁵ E um comentário parecido é feito nas memórias de James Wishart.

Outro detalhe que achamos interessante mencionar é que maioria dos almirantes citados participam de algumas batalhas: As batalhas de Málaga (1704), contra os franceses, e a Captura de Gibraltar — no mesmo ano — do domínio dos espanhóis, durante a Guerra de sucessão Espanhola. Participaram da primeira George Byng, William Jumper, John Jannings e Baker, da qual não saem vitoriosos, mas se retiraram — o que não fica claro nessas memórias. E da Captura de Gibraltar — essa sim bem sucedida — participam todos os citados anteriormente exceto Jennings.

Para além disso, percebemos algo que o autor comenta sempre ao narrar as memórias dos almirantes — além das expedições para que são mandados, ou batalhas em que lutam — os nomes dos navios que esses almirantes comandam. Campbell sempre menciona a mudança de navio no decorrer dos anos. Outra coisa que nos chamou atenção é que, quando o autor, em sua narrativa, deixa de mencionar algum fato por mais de uns cinco anos, se justifica dizendo que nada interessante aconteceu nesse tempo.

A partir da observação dessas memórias históricas, diferentemente do livro de Defoe, as histórias particulares não têm um papel tão importante. Não é a partir delas que se constrói uma ideia geral. É de um geral — a história da Marinha Real sob o reinado de um determinado rei — em que estarão *inseridas* as memórias de alguns almirantes. Essas memórias são apenas um complemento, não são essenciais para a narrativa.

É a partir da identidade nacional britânica, e dos reinados, que essa história é organizada. O papel dos almirantes na construção dessa narrativa histórica se mostra secundário, e o dos piratas, praticamente insignificante. Afinal, como poderiam ladrões terem

84 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* v. 4 *op. cit.* p. 213.

85 Ibidem, p. 228.

um papel importante na construção da história de uma nação? A construção da história da Marinha Real Britânica por Campbell, em toda sua imponência e coesão, com seu papel definido como parte fundamental da história da própria Grã-Bretanha, parece ser independente das histórias desses almirantes, apesar de não ignorar a importância de seus serviços na proteção do comércio ultramarino.

Bem diferente, como é possível perceber, o modo como Campbell narra a história dos almirantes, daquele como Defoe narra a história dos piratas. Campbell, diferentemente de Defoe, não procura construir um juízo para que alguma decisão seja tomada, ele narra sobre as decisões que já haviam sido tomadas. Quando fala das memórias dos almirantes, por mais que procure deixar claro como foram bons navegantes, não procura fazer deles um exemplo como faz Defoe ao falar dos piratas. As histórias individuais dos piratas em Defoe, é o que possibilita contar *Uma história geral dos piratas*, como nos diz o título. No caso dos livros de Campbell, continuaríamos a ter uma História da Marinha Real Britânica mesmo se excluíssemos todas as memórias dos almirantes.

3. Defoe e Campbell: dois gêneros de escrita

Poderíamos, à primeira vista, concluir que ambos os autores tratam do mesmo contexto e, por sua vez, de uma mesma temática. Entretanto, há que se considerar que os autores partem de diferentes regimes de escrita. Como isso se evidencia?

Para entendermos um pouco mais sobre esses diferentes regimes de escrita, o trabalho de Jacques Rancière⁸⁶ é fundamental. Em seu livro *A partilha do sensível*⁸⁷ ele nos fala sobre os diferentes regimes de identificação da arte que podem ser percebidos na tradição ocidental, dentre eles, dois nos interessam particularmente nesse trabalho: o *regime poético ou representativo* e o *regime estético*.

Começemos nossa análise percorrendo sobre o *regime poético ou representativo* no qual acreditamos estar inserido o livro de Defoe - *Uma história dos piratas*. Este regime pode ser melhor compreendido à medida que percebemos como acontece nele, a identificação das artes. Para que uma obra de arte possa ser entendida como tal neste regime, é preciso que as

86 Professor de Filosofia na European Graduate School (EGS) em Saas-Fee, e Professor Emérito de Filosofia da Universidade de Paris (St. Denis).e

87 RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org., Ed. 34, 2005.

ações que nela são narradas sejam verossímeis, mesmo que não sejam verdade. Não precisam ter acontecido num dado espaço e tempo comprováveis, mas é necessário que pudessem ter acontecido. De acordo com Rancière, o par *poiesis/mimesis* é o que permite a identificação do que é próprio da arte no regime poético ou representativo. É importante salientar que quando falamos de *mimesis* não estamos falando de normas que permitem a imitação fiel de um modelo, estamos falando antes de uma “imitação” de algo que poderia acontecer. Segundo ele,

O princípio mimético, no fundo, não é um princípio normativo que diz que a arte deve fazer cópias parecidas com seus modelos. É, antes, um princípio pragmático que isola, no domínio geral das artes (das maneiras de fazer), certas artes particulares que executam coisas específicas, a saber, imitações. Tais imitações não se enquadram nem na verificação habitual dos produtos das artes por meio de seu uso, nem na legislação da verdade sobre os discursos e as imagens. Nisto consiste a grande operação efetuada pela elaboração aristotélica da *mimesis* e pelo privilégio dado à ação trágica. É o *feito* do poema, a fabricação de uma intriga que orquestra ações representando homens agindo, que importa, em detrimento do *ser* da imagem, cópia interrogada sobre seu modelo.⁸⁸

Mais a frente, ainda em *A partilha do sensível*, Rancière explica ainda melhor o que disse acima ao retomar a *Poética* de Aristóteles. “A poesia não tem que prestar contas quanto ‘a verdade’ daquilo que diz, por que, em seu princípio, não é feita de imagens ou enunciados, mas de ficções, isto é, de coordenação entre atos.”⁸⁹ Rancière continua buscando esclarecer ainda mais sobre o que entende enquanto *regime poético ou representativo* ao pensar a questão da normatividade sob a qual uma arte deve se submeter. Esse princípio, segundo o autor,

[...] se desenvolve em formas de normatividade que definem as condições segundo as quais as imitações podem ser reconhecidas como pertencendo propriamente a uma arte e apreciada, nos limites dessa arte, como boas ou ruins, adequadas ou inadequadas [...] ⁹⁰

É possível perceber, a partir da descrição desse segundo regime, algumas características do livro de Defoe. Tanto em termos de normatividade, quanto de reconhecimento. Normatividade no que diz respeito ao modo como a obra é escrita, considerando suas

88 RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível... op. cit.* p. 30.

89 Ibidem, p. 53-54.

90 Ibidem, p. 31.

peculiaridades que permitem que ela seja entendida como um texto que se encaixa num modelo retórico: o deliberativo. E reconhecimento quando Defoe procura se justificar por narrar uma *história* de ladrões. Rancière busca, em seguida, esclarecer o nome dado a esse regime:

Denomino esse regime *poético* no sentido em que identifica as artes - que a idade clássica chamará de “belas-artes” - no interior de uma classificação de maneiras de fazer, e consequentemente define maneiras de fazer e apreciar imitações benfeitas. Chamo-o *representativo*, porquanto é a noção de representação ou de *mimesis* que organiza essas maneiras de fazer, ver e julgar.⁹¹

Após compreender melhor o nome desse regime, achamos importante evidenciar ainda uma outra característica que nos permite entender o livro de Defoe *Uma história dos piratas* enquanto pertencente a ele. Ela diz respeito a hierarquização dos gêneros, entre a história que narra os fatos de homens importantes e a preocupação de justificar a necessidade de contar uma história desses *ladrões* que fogem a essa regra. Para entender melhor, pensemos no seguinte fragmento escrito por Rancière. Ele nos diz que esse regime de escrita,

[...] entra numa relação de analogia global com uma hierarquia global das ocupações políticas e sociais: o primado representativo da ação sobre os caracteres ou da narração sobre a descrição, *a hierarquia dos gêneros segundo a dignidade dos seus temas*, e o próprio primado da arte da palavra, da palavra em ato, entram em analogia com toda uma visão hierárquica da comunidade.⁹² (grifo nosso)

Diz ainda que “[...] existiam gêneros nobres, dedicados à representação das ações elevadas das pessoas, e gêneros inferiores, dedicados às histórias das pessoas mais modestas, pessoas insignificantes.”⁹³ A história dos piratas de Defoe vai justamente nesse sentido. Há claramente uma preocupação com relação à dignidade do tema — se esse ou aquele tema faz ou não jus à sua escrita. As vidas desses piratas sobre os quais ele discorre em seu livro, são entendidas como pertencentes a esse gênero inferior composto por pessoas modestas, sobre as quais não seria tão importante falar. Essa questão pode ser exemplificada no fragmento citado previamente em que o autor diz: “Presumo não ser necessário nos deculparmos por atribuir o

91 RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível... op. cit.*, p. 31.

92 Ibidem, p. 32.

93 RANCIÈRE, Jacques. *The politics of literature*. Cambridge: Polity Press, 2011, p. 10

nome de História às páginas que se seguem, embora elas não contenham senão os feitos de um bando de ladrões.”⁹⁴

Percebemos no livro *Uma história dos piratas*, elementos que são utilizados nos mais diversos livros das belas-letas, uma escrita que ainda pode ser encontrada no século XVIII, seguindo as regras da retórica e poética. “Regras e técnicas indicavam os meios de produzir efeitos expressivos específicos. Regras de gosto permitiam julgar quais efeitos deviam ou não deviam ser produzidos.”⁹⁵ Mas, no livro de Defoe, quais são os meios de se produzir esses efeitos, e ainda, quais os efeitos que se quer produzir?

Começamos pelos *efeitos* que se busca produzir. O primeiro deles está diretamente ligado a uma hierarquização social com relação aos lugares que devem ser ocupados pelos marinheiros e comerciantes em contraposição ao dos piratas. Podemos perceber que elogios ou censuras aparecem de acordo com a posição ocupada pela pessoa sobre a qual a narrativa se passa.

Essa questão de hierarquização pode ser percebida logo no início quando Defoe narra a história de Avery. Sua fama lhe precedia na Europa, e lá, “[...] representavam-no como alguém que chegara até a dignidade de um verdadeiro rei, com capacidade para fundar uma nova monarquia.”⁹⁶ O trabalho do autor, ao discorrer sobre a vida de Avery, é exatamente o de desconstruir essa imagem que lhe era atribuída na Europa, ao mostrar o quão vil e fracassado foi esse pirata. Ele não pertence a um lugar nobre, seu lugar não pode ser este, visto que o mesmo havia se tornado um pirata.

Outro exemplo dessa hierarquização está no capítulo em que o autor discorre sobre o Capitão William Kidd. Quando Defoe narra o início da história desse pirata, a imagem construída de Kidd é de um Capitão que “[...] após diversos atos aventurecos, ele veio a adquirir a reputação de homem de muita coragem e de um experiente navegador.”⁹⁷ Mas logo as características de Kidd a serem evidenciadas pelo autor mudam. Um exemplo disso é quando Defoe narra o desembarque deste homem e sua tripulação em Malabar logo após ter se tornado um pirata, “[...] Kid foi lá (Malabar) pessoalmente incendiar e pilhar diversas casas, pondo em fuga o povo. Mas conseguiu apanhar um deles, amarrou-o a uma árvore e

94 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 15

95 RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 25.

96 DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.* p. 43.

97 Ibidem, p. 233.

mandou que um dos seus homens o matasse a tiros.”⁹⁸ O exemplo deixado é que pouco importa o que se tenha feito, ou qual sua influência antes de se tornar pirata. Uma vez que opta por esse caminho vil, o que lhe espera é um triste fim — Kidd foi condenado.

Um outro efeito que Defoe busca produzir com a escrita deste livro se relaciona com o fim que os piratas enfrentam, em sua maioria, condenação e morte. Ele busca com suas histórias e exemplos, ser útil para os governantes — para que saibam como combater a pirataria — bem como ser útil para os navegadores — para que percebam as desventuras pelas quais têm de passar aqueles que se dedicam à pirataria. Ao fazer isso, se contrapõe à noção de que seu livro tenha sido escrito simplesmente com fins de entretenimento.

O autor destas páginas não considerou nada mais importante do que tornar o livro útil, apesar de ter sido informado que certos senhores levantaram objeções quanto à verdade do seu conteúdo, como, por exemplo, que este parece ter sido calculado com o fito de entreter e de divertir o público. Se os fatos nele relacionados assumem um certo tom agradável e vívido, esperamos que isso não seja imputado como defeito. Mas, em nome de sua credibilidade, podemos garantir que os senhores navegantes, isto é, aqueles que conhecem bem a natureza dessas coisas, não puderam opor a menor objeção a essa mesma credibilidade.⁹⁹

No que diz respeito aos *meios* usados para a produção dos efeitos desejados podemos citar a utilização dos exemplos dos piratas, com seus tristes fins, bem como a utilização dessas histórias particulares para dar uma ideia de geral que se evidencia posteriormente. Esses elementos foram tratados mais cuidadosamente quando discorremos sobre o livro *Uma história dos piratas*, e são eles que nos permitem compreender os mecanismos empregados na história de Defoe como pertencentes ao gênero deliberativo.

Por outro lado, os livros de Campbell sobre a história da Marinha Real Britânica e seus almirantes possuem características bem diversas dessas que evidenciamos nos livros de Defoe. Esses livros se diferem não só por seu assunto central, mas principalmente pelo modo escolhido pelo autor para narrar estas histórias. Ao analisar o modo de escrita de Defoe, percebemos que ele pode ser compreendido como pertencente ao *regime poético ou representativo* das artes, sobre o qual Rancière nos fala em seu livro *A partilha do sensível*. Os livros de Campbell, por sua vez, possuem características que nos permitem

⁹⁸ DEFOE, Daniel. *Uma história dos piratas... op. cit.*, p. 239.

⁹⁹ Ibidem, p. 17.

entendê-los enquanto produções que se inserem num outro regime de escrita — o *regime estético*.

Assim como quando falamos sobre o *regime poético ou representativo*, achamos importante começar essa parte da análise, buscando compreender um pouco melhor no que consiste esse *regime estético* sobre o qual discorre Rancière. Quando este autor nos fala sobre esse regime, logo procura explicar a razão de seu nome, evidenciando que nele, as distinções entre as artes são possíveis a partir da percepção de um modo de *ser* dos objetos da arte, não mais a um modo de *fazer* as mesmas.

Estético, porque a identificação da arte, nele, não se faz mais por uma distinção no interior das maneiras de fazer, mas pela distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte. Remete, propriamente, ao modo específico de ser de seus objetos. No regime estético das artes, as coisas da arte são identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em não saber, *logos* idêntico a um *pathos*, intenção do inintencional etc.¹⁰⁰

Rancière nos diz ainda que “O regime estético das artes é aquele que propriamente identifica a arte no singular e desobriga essa arte de toda e qualquer regra específica, de toda hierarquia de temas, gêneros e artes.”¹⁰¹ Essa questão é fundamental visto que a hierarquia de temas e gêneros pode ser percebida como recurso importante de justificativa na escrita de Defoe quando narra as histórias dos piratas. A desobrigação do uso de regras específicas e da criação de hierarquizações é parte de uma mudança nos modos de escrita no geral, mas que podem ser percebidos de maneira ainda mais clara na literatura.

Rancière começa a discorrer sobre essas mudanças a partir da alteração de uso da própria palavra *literatura* - antes entendida como um saber, que permitia a apreciação das belas-letras, agora designando seu objeto em si. Em suas palavras, ela passa “[...] de um saber para uma arte.”¹⁰² Procura nos mostrar que, a partir do século XIX, não temos mais a retórica/poética regendo os modos de escrita. Não é simplesmente a mudança no modo de se designar uma arte - de belas-letras para literatura, é uma alteração no próprio objeto que é por ela designado. Rancière esclarece essa questão quando nos fala sobre uma conquista de

100 RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível...** *op. cit.* p. 32.

101 Ibidem, p. 33-34.

102 RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita...** *op. cit.* p. 25.

autonomia da linguagem pela literatura quando a arte da escrita deixa de se “submeter” aos gêneros retóricos/poéticos. Segundo o autor,

Há literatura quando os gêneros poéticos e as artes poéticas cedem lugar ao ato indiferenciado e à arte sempre singular de escrever. É sabido que os dois gêneros através dos quais ela se conhece como tal são precisamente os dois gêneros fora de gênero: a poesia lírica, situada a margem da grande poesia - épica e dramática -, e o romance, situado a margem da eloquência. Foi a partir deles que a revolução romântica se pensou, que a literatura pôde se colocar como uma experiência e uma prática autônomas da linguagem.¹⁰³

No entanto, como essas mudanças se relacionam com os livros de Campbell e a escrita da história? Ao mesmo tempo que elas afetam a literatura, afetam a escrita da história enquanto uma “ciência social”. Em seu artigo *A poética do saber*, Rancière fala um pouco mais sobre essa questão. Nele nos diz que

A época do nascimento das ciências sociais é aquela no qual o conceito de literatura se estabelece como tal, sobre as ruínas das antigas artes poéticas. A noção de literatura apela a uma poética que não é mais aquela dos gêneros poéticos, com os objetos e métodos de tratamento que lhes convém, mas que se refere ao todo da língua e sua capacidade de tornar qualquer coisa em obra de arte (*o livro sobre nada*, de Flaubert). A poética do saber visa abranger essa relação entre a aberração literária - o fato de que a literatura é uma arte da língua que não é mais normatizada por nenhuma regra e demanda uma poética generalizada - e a produção do discurso das ciências sociais com seus modos de legitimar o verdadeiro. Esse poder sem normas da língua é ao mesmo tempo aquilo contra o que se rebelou o ideal das ciências sociais. E, não obstante, elas o necessitam para situarem-se como parte da ciência e não da literatura.¹⁰⁴

Falamos acima da desobrigação na hierarquização de temas e gêneros, característica do *regime estético* que pode ser percebida nos livros de Campbell sobre a Marinha Real. Ao narrar essa história, este autor nos fala tanto dos marinheiros ingleses, dos almirantes, como também nos fala dos piratas e de navegadores de outras nações, sem se preocupar em individualizá-los, referindo-se a eles como uma categoria homogênea, como *sujeitos plurais*¹⁰⁵. Digo *sujeitos plurais* pois, por mais que cite nomes de alguns almirantes e faça um

103 RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita...** *op. cit.*, p. 26.

104 RANCIÈRE, Jacques. (1994) A poética do saber: Sobre *Os nomes da História*. **Urdimento**, Santa Catarina, v. 1. n 15, p. 33-43, out. 2010, p. 34.

105 Conceito usado por Rancière em seu livro RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

apanhado de suas memórias enquanto funcionários da Marinha, no decorrer do texto, não são importantes individualmente, como no caso dos piratas de Defoe.

Em *Uma história dos piratas*, vemos a composição de uma homogeneidade, a partir dos exemplos das vidas e mortes desses piratas, de forma que, sem eles, essa *história* não faria sentido enquanto tal. No entanto, nos livros de Campbell, as ações dos indivíduos só se mostram importantes à medida em que estão atreladas a uma proposta maior, que é a história naval britânica. Usando as palavras do próprio autor, ele inclui as memórias dos almirantes como

[...] tributo devido àqueles serviços, (serviços ao país, em defesa da segurança pública) e, ao mesmo tempo, conveniente à satisfação do leitor, que deve naturalmente desejar se tornar mais familiarizado com aqueles com os quais a nação ficou em dívida por suas descobertas e conquistas.¹⁰⁶

Vemos que as memórias desses almirantes são pensadas como tributo, uma homenagem, não como parte fundamental para a narrativa acerca da história naval, mais do que isso, Campbell distingue essas memórias de almirantes dessa história naval. “Mas para evitar, tanto quanto possível, que se confunda a História Naval com essas Memórias, entendemos como conveniente colocá-las ao final de cada reinado; [...]”¹⁰⁷

Para além disso, a questão dos usos desses sujeitos plurais fica ainda mais clara ao observarmos os fragmentos em que Campbell conta uma parte dessa história naval em que algum pirata tem parte. Neles, essa característica é ainda mais forte. Ao narrar as memórias de Sir John Berry o autor nos fala de uma expedição em que este foi enviado em seu navio *Swallow*, para capturar um pirata que havia sido visto há poucos dias na Jamaica.

Três semanas após eles terem saído da Jamaica, eles encontraram *o pirata* ancorado ‘num feno’ fora da ilha de Hispaniola. Ele tinha por volta de sessenta homens e vinte canhões enquanto *Swallow* tinha não mais que quarenta homens e oito canhões pequenos.¹⁰⁸

Da mesma forma, ao narrar as memórias de Francis Wheeler nos conta que este, “[...] tendo hasteado as cores inglesas, tomou posse *do pirata*, que nem havia tentado resistir.”¹⁰⁹

106 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* v. 1 *op. cit.* p. XV.

107 Ibidem.

108 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain...* v. 3 *op. cit.* p. 99.

109 Ibidem, p. 140.

Poderíamos continuar listando as menções de piratas nestes livros que continuaríamos a ver o mesmo modo de falar sobre eles. Assim como em outros fragmentos, nesses citados podemos perceber que o nome ou a nacionalidade desses piratas são pouco ou nada importantes, eles são simplesmente *piratas*.

Campbell não se preocupa em mostrar quem são os indivíduos criminosos e as vítimas individuais, como nos exemplos das histórias de Defoe. Por outro lado, Campbell organiza sua narrativa histórica a partir de uma submissão dos casos individuais a dois critérios específicos: primeiro, a criação de identificações coletivas que formariam, desde já, uma oposição (almirantes e piratas); segundo, ambos os grupos identificados coletivamente são submetidos a um critério específico de época, atrelado à sucessão dos reinados como forma de inserir estes eventos e indivíduos em uma continuidade histórica, cujo tom seria dado pela formação de uma identidade nacional.

Antes de passar para a análise de outra característica dos livros de Campbell que nos permite compreendê-lo enquanto produto do *regime estético*, retomemos a distinção que Aristóteles faz entre poesia e história de acordo com suas características, evidenciadas por Rancière em *A partilha do Sensível*. Aristóteles — tomado aqui como referência do *regime poético ou representativo* — advoga uma superioridade da poesia sobre a história pois aquela “[...] confere uma lógica causal a uma ordenação de acontecimentos, (enquanto a história estaria) condenada a apresentar os acontecimentos segundo a desordem empírica deles.”¹¹⁰ Essa história caracterizada por Aristóteles, não é a que vemos nos livros de Campbell. Este autor, ordena a história naval britânica ficcionalizando-a de maneira que entendemos os acontecimentos e as ações dos reis e dos grandes almirantes britânicos como parte de um todo, enquanto parte da própria história da nação britânica. Ele nos fala no prefácio do primeiro volume da *História Naval*:

A utilidade geral e grande importância da História Naval para os habitantes da Bretanha são óbvios pela nossa localização numa ilha; por essa razão, é evidente que, à navegação, devemos nossa existência enquanto povo. [...] A importante imagem que temos no mundo, a extensão do nosso poder e influência, existem devido à nossa força naval, à qual nós devemos nossas prósperas *plantations*, a difusão da fama britânica, e, o que é ainda de maior consequência, a liberdade britânica, através do universo.¹¹¹

110 RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível... op. cit.* p. 54

111 CAMPBELL, John. *Naval History of Great Britain... v. 1 op. cit.* p. XIII.

Ao construir a história naval britânica ordenando os acontecimentos de forma com que eles façam sentido enquanto parte fundamental da história daquela nação, Campbell nos faz perceber que, ao invés de uma história que apresenta seus acontecimentos conforme sua sucessão empírica, como sugerido por Aristóteles, temos outro tipo de história. Mas qual seria esse tipo de história? O tipo de história que está mais próximo daquele que Rancière nos fala após a revolução estética. De acordo com ele,

A revolução estética redistribui o jogo tornando solidárias duas coisas: a indefinição das fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções e o novo modo de racionalidade da ciência histórica. Declarando que o princípio da poesia não é a ficção, mas um determinado arranjo dos signos da linguagem, a idade romântica torna indefinida a linha divisória que isola a arte da jurisdição dos enunciados ou das imagens, bem como aquela que separava a razão dos fatos e a razão das histórias. Não que ela tenha como se diz às vezes, consagrado o “autotelismo” da linguagem, separada da realidade. Muito pelo contrário. A idade romântica força de fato a linguagem a penetrar na materialidade dos traços através dos quais o mundo histórico e social se torna visível a si mesmo, ainda que sob a forma da linguagem muda das coisas e da linguagem cifrada das imagens. É a circulação nessa paisagem de signos que define a nova ficcionalidade: a nova maneira de contar histórias, que é, antes de mais nada, uma maneira de dar sentido ao universo “empírico” das ações obscuras e dos objetos banais.¹¹²

Rancière nos fala aqui de um novo modo de se fazer a história onde a ficcionalidade da mesma foge às regras retóricas/poéticas que podemos, por exemplo, encontrar nos livros de Defoe. Foge, simultaneamente, a uma tentativa de se separar da poesia por meio de uma escrita que prima simplesmente a sequência empírica dos eventos.

Esse novo modo de se fazer história se insere nos modos de escrita que encontramos no *regime estético*. A língua, uma vez livre das normas que regem o *regime poético ou representativo*, desfaz os limites entre as histórias contadas nos poemas daquelas contadas pelos historiadores. No entanto, as ciências sociais buscam, principalmente a partir do século XIX, controlar essa liberdade, elas buscam se distanciar dessa literatura, dessa língua livre, mas para fazê-lo, para se constituir enquanto ciência, acabam por se utilizar dessa liberdade da língua.

A escrita da história, para ser compreendida como um geral, um universal, precisa se utilizar dos elementos da linguagem, de elementos poéticos para fazê-lo — o que Rancière

112 RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível...* op. cit. p. 54-55.

chama de “encadeamento da *mimesis* no relato”¹¹³. Aristóteles nos diz, em seu livro *A poética*, que

[...] a poesia é mais filosófica e mais séria do que a história, pois a poesia se ocupa mais do universal, ao passo que a história se restringe ao particular. O universal é o que cabe a um certo tipo de pessoas dizer ou fazer em determinadas circunstâncias segundo o provável ou necessário; esse é o objetivo da poesia, ainda que atribuindo nomes aos indivíduos.¹¹⁴

No *regime estético*, no entanto, vemos a história se utilizar desse recurso, partindo do geral/universal como instância de inscrição do particular. Em outras palavras, o livro de Campbell, por mais que esteja tratando de indivíduos, submete-os à uma sucessão histórica.

Aprofundaremos mais essa questão da proximidade entre literatura e história como modos de escrita inseridos no *regime estético* no próximo capítulo. Faremos isso analisando ainda a questão do modo pelo qual os piratas são retratados em alguns contos, quais sejam: um conto de Edgar Allan Poe sobre um tesouro pirata chamado *O escaravelho de Ouro*¹¹⁵, *Pirates and Piracy*¹¹⁶ (Piratas e Pirataria) de Oscar Herrmann e os *Contos de Piratas*¹¹⁷ de Arthur C. Doyle.

113 RANCIÈRE, J. **Os nomes da história...** *op. cit.* p. 60.

114 ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: EDIPRO, 2011, p. 55 (1451b).

115 POE, Edgar Allan. The gold bug. In: _____ **The collected works of Edgar Allan Poe**. Ware: Wordsworth Editions, 2009.

116 HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy**. New York: Stettiner Brothers Press, 1902.

117 DOYLE, Arthur Conan. **Contos de Piratas**. São Paulo: Hedra, 2011.

II - Piratas e pirataria: a história possível pela literatura

Neste segundo capítulo, preocupar-nos-emos em trabalhar ainda com a construção das imagens dos piratas em alguns textos de Poe, Herrmann e Doyle. São eles, respectivamente, *O escaravelho de Ouro*,¹¹⁸ *Pirates and Piracy* (Piratas e Pirataria)¹¹⁹ e *Contos de Piratas*¹²⁰. Antes de fazermos a análise mais detida dos textos que nos propusemos a trabalhar nesse segundo capítulo, apresentaremos as histórias contadas em cada um deles.

1. *O escaravelho de ouro* de E. A. Poe: a presença pela ausência

Começamos pelo conto de Edgar Allan Poe, *The gold bug*¹²¹ usualmente traduzido para o português como *O escaravelho de ouro*. Neste conto, um narrador cujo nome nos é desconhecido, narra um acontecimento em sua vida cujo principal *ator* é seu amigo, Mr. William Legrand, e envolve, para além dos dois, o cachorro de Legrand — Wolf — e seu criado — Jupiter. O narrador, primeiramente, discorre um pouco sobre a vida de Legrand, conta-nos de sua origem francesa, de sua decadência financeira e de como surge a amizade dos dois (Legrand e o narrador) há alguns anos. Isso acontece logo que Legrand deixa Nova Orleans e se estabelece na ilha de Sullivan, Carolina do Sul, localizada próxima à cidade de Charleston, onde residia o narrador.

O que mais nos interessa são os acontecimentos que seguem essa apresentação. O narrador vai até a casa de seu amigo Legrand para uma visita, no entanto, nem Legrand, nem Jupiter estavam em casa. No entanto, isso não impede que ele entre na casa, visto que ele sabia onde seu amigo mantinha uma chave reserva. Uma vez que havia se acomodado, aguarda o retorno de Legrand e seu criado. Ao chegarem, Legrand conta a seu amigo que havia encontrado um escaravelho dourado, um tanto diferente, que acreditava ele, era de uma espécie nova. Logo o narrador pede para vê-lo, o que Legrand não pode fazer, visto que acabara de deixar o escaravelho com o tenente local, para que este procurasse informações sobre o mesmo.

118 POE, Edgar Allan. *The gold bug*. In: _____ *The collected works of Edgar Allan Poe*. Ware: Wordsworth Editions, 2009.

119 HERRMANN, Oscar. *Pirates and Piracy*. New York: Stettiner Brothers Press, 1902. Assim como no caso dos livros de Campbell, as traduções dos fragmentos extraídos do livro de Herrmann e do conto de Poe foram feitas por nós.

120 DOYLE, A. *Contos de Piratas*. São Paulo: Hedra, 2011.

121 POE, E. A. *The gold bug*... *op. cit.*

Na tentativa de satisfazer a curiosidade do amigo sobre seu “achado”, Legrand procura por um papel no qual possa desenhá-lo. Depois de muito procurar, ele encontra um pedaço de pergaminho no qual desenha o escaravelho. Feito isso, entrega seu desenho para seu amigo (o narrador) enquanto este tenta conter o enorme cachorro Terra Nova que mostrava sua afeição por ele, enchendo-o de carícias. Legrand fica muito ofendido quando seu amigo lhe diz que o desenho que ele acabara de fazer não se assemelhava com um escaravelho, mas sim com uma caveira, pois ele se considerava um ótimo desenhista, no entanto, não prolonga a discussão.

Um tempo depois dessa visita, Jupiter vai até a casa do narrador e fala de sua preocupação com seu mestre, pede para que ele vá até a casa de Legrand para ver por conta própria quão louco ele está. Ele acredita que Legrand está muito doente da cabeça por causa do escaravelho. Diz ao narrador que os hábitos de seu mestre mudaram e que sua fisionomia não parece normal. Jupiter conta ainda de um dia em que seu mestre saiu escondido e voltou bem tarde deixando-o muito preocupado. Em seguida, entrega uma carta de Legrand a seu amigo, na qual solicita que este vá até a ilha.

Chegando lá, vendo o modo como Legrand estava se comportando, ele se certifica de que seu amigo realmente estava louco. As atitudes de Legrand não faziam sentido na cabeça de seu amigo; estava empolgado sobre uma expedição para qual estava de saída, dizendo que Jupiter o ajudaria, mas que precisaria também da ajuda de seu amigo, visto que era o único em quem Legrand poderia depositar sua confiança afim de revelar o segredo que desvendara. Legrand promete a seu amigo que, se ele ajudá-lo, entenderá melhor a razão de toda sua ansiedade. Ainda mais convencido de que seu amigo estava fora de si, e exatamente por essa razão, o narrador concorda em seguir Legrand nessa expedição, para que nenhum mal lhe aconteça.

Depois de uma jornada de duas horas de barco até o lugar onde Legrand queria chegar, eles começam a embrenhar numa mata, até que ele localizou uma árvore de tulipas. Legrand então manda que Jupiter suba na tal árvore com o escaravelho na mão. O criado diz que subir nela é algo que ele pode facilmente fazer, mas reluta em segurar o inseto que acredita ter deixado seu mestre louco. Depois de longa discussão, Jupiter sobe na árvore de tulipas até um determinado galho, de acordo com as instruções de seu mestre. Na extremidade desse galho ele localiza um crânio, no olho esquerdo do qual Legrand pede que ele coloque o escaravelho, que está amarrado em uma linha. A sombra projetada pela união dos dois assinalava o lugar que deveria ser cavado. Eles cavam muito para nada encontrar.

Desconcertado, Legrand aceita que é hora de irem embora, mas logo que começa a fazer o caminho de casa, para subitamente e pede para que Jupiter lhe mostre seu olho esquerdo. Assustado, Jupiter aponta para seu olho direito. Legrand, nervoso com seu criado e ao mesmo tempo confiante de que agora encontrariam algo pede para que voltem, pois estavam cavando no lugar errado por causa da confusão que Jupiter havia feito. Wolf — o cachorro, que latia incessantemente sem que os homens entendessem a razão — ao voltar, recomeça a latir e, resistindo a tentativa de Jupiter de fazê-lo calar, pula num buraco e começa a cavar com suas garras. Logo aparece o motivo pelo qual o Terra Nova tanto latia: uma massa de ossos humanos. Legrand, seu amigo e Jupiter ao ver o cachorro cavar o local, ajudam-no a desenterrar o restante de uma ossada, que pertencia a dois homens. Continuaram a cavar o local e lá encontraram um baú.

Lá estava a causa da suposta loucura de Legrand, lá estava o que tanto lhe deixara ansioso nos últimos dias: um tesouro pirata. Com aquele tesouro a sua frente, o amigo de Legrand e Júpiter entenderam a razão dos segredos daquele homem e mudam de opinião sobre a sanidade mental de William Legrand. Com muita cautela, eles recolhem o tesouro (ouro antigo, diamantes, esmeraldas, rubis, etc.). Depois de contarem os achados e estimar, por alto, o valor do tesouro que tinham em mãos, Legrand explica a seu amigo e a Júpiter — buscando saciar a curiosidade dos dois — o modo como havia procedido até encontrar o tesouro.

Para explicar como havia encontrado o tesouro, Legrand retoma alguns acontecimentos desde o dia da última visita de seu amigo — o mesmo dia que havia encontrado o escaravelho. Naquele dia, como não tinha o escaravelho em mãos, procurou um papel no qual pudesse desenhar o tal inseto, e depois de muito procurar, encontrou um pergaminho. Legrand desenha o escaravelho, mas seu amigo, depois de olhar o que ele havia desenhado, diz que em quase nada se parece um escaravelho, mas sim uma caveira. Depois que seu amigo tinha ido embora, Legrand olhou em seu desenho, indignado com o fato de ter desenhado mal, no entanto, descobre algo interessante ao olhar o papel. Havia nele, de fato, o desenho de uma caveira, mas que não correspondia ao desenho que ele tinha feito. O desenho de sua autoria estava do outro lado do papel. Certo de que aquela caveira não estava lá quando ele pegou o pedaço de papel para desenhar, Legrand tenta lembrar de onde era aquele papel, bem como tenta entender a razão do aparecimento do desenho daquela caveira. Lembra-se então, que aquele pedaço de papel foi o que Jupiter havia achado próximo ao local onde encontraram o

escaravelho e teria sido usado pelo criado para proteger sua mão daquele inseto. Lembra-se também que, antes de seu amigo olhar para o desenho que havia feito, o cão Terra Nova, ao tentar enchê-lo de carinho, faz com que ele aproxime sua mão da lareira. Legrand, conclui, portanto, que o calor foi que fez surgir aquela imagem do outro lado do papel.

A partir desse momento, Legrand passa a entender o papel com uma caveira (que sabia ser usado como emblema *do pirata*), um escaravelho de ouro, encontrados próximos ao mar, como peças de um quebra cabeça que poderiam deixá-lo rico. Além dessas duas “peças”, Legrand conta a seu amigo e ao seu criado que, após ter concluído que o aparecimento da caveira havia sido consequência do aquecimento do pedaço de papel, tenta descobrir se existia algo mais escondido no mesmo. Após aquecê-lo, aparece algo que ele acredita ser a princípio uma cabra, como uma assinatura no canto do papel. Mas depois de muito refletir, se lembra de ouvir histórias de um pirata chamado Kidd, e entende, então, aquele desenho como a imagem de uma criança — *kid*, não de uma cabra. Além dessa imagem, descobre algumas linhas com desenhos: um enigma, um criptograma, que para um tripulante comum de um navio seria indecifrável. Ele, como homem educado, começou a tentar desvendá-lo, e quando consegue fazê-lo, encontra as instruções que levariam até o tesouro. Legrand narra, cuidadosamente, como foi sua pesquisa, os passos que seguiu para que conseguisse decifrar o criptograma.

Vamos reproduzir aqui alguns fragmentos do texto de Poe, nos quais Legrand nos fala sobre os piratas. O primeiro deles é quando Legrand relaciona a imagem da caveira com o emblema *do pirata*. “Eu respondo que o crânio, ou a cabeça da morte, é o emblema *do pirata*. A bandeira da cabeça da morte é hasteada em todas as batalhas.”¹²² Até este momento, não é mencionado o nome do pirata que acreditam ter enterrado o tesouro, no entanto, parecem saber de quem se trata. Não se fala de *um pirata* de maneira generalizada, fala-se *do pirata*, por mais que ainda não nos deixe saber de quem se fala.

O segundo momento em que Legrand fala sobre piratas é quando o mesmo explica para seu amigo como decifrou a questão do desenho de uma cabra, ou de uma criança (*a kid*), e seu amigo reluta a entender a relação entre uma cabra, ou uma criança com piratas. Neste momento Legrand lhe diz “Você deve ter ouvido de um *Capitão Kidd*.”¹²³ A partir desse momento sabemos a qual pirata Legrand se refere, e ele o faz, certo de que seu amigo já conhecia as histórias contadas sobre ele e seus tesouros.

¹²² POE, E. A. The gold bug... *op. cit.* p. 84.

¹²³ Ibidem, p. 86.

Bem, você já ouviu, é claro, as várias estórias correntes – milhares de vagos rumores flutuantes sobre dinheiro enterrado, em algum lugar da costa atlântica, por Kidd e seus associados. Esses rumores devem ter algum fundamento de fato. E os rumores terem existido por tanto tempo e tão continuamente poderiam ter resultado, parecia-me, só pela circunstância do tesouro escondido *permanecer* enterrado. [...] Você alguma vez ouviu de algum tesouro importante sendo desenterrado da costa?¹²⁴

É interessante a importância que é dada a Kidd nas histórias analisadas neste trabalho. Ele é *um personagem dessas histórias* cuja menção é recorrente, cujas *histórias* se espalham.

Depois de falar sobre a mensagem criptografada, Legrand nos apresenta um outro elemento sobre a ideia que tinha sobre os piratas. Tanto no que diz respeito às capacidades intelectuais de Kidd, quanto dos tripulantes que o acompanhavam.

[...] do que se sabe de Kidd, eu não poderia supor que ele fosse capaz de construir alguma criptografia abstrusa. Coloquei em minha cabeça, de uma vez, que esse criptograma era de uma espécie fácil – o que, no entanto, pareceria, para o intelecto rude de um marinheiro, absolutamente insolúvel sem uma chave.¹²⁵

Ao final do conto, Legrand fala sobre a última questão que o intriga sobre a história dos piratas que teriam enterrado aquele tesouro, para a qual ele ainda não havia encontrado resposta — os esqueletos. Ao ser questionado por seu amigo sobre o que poderiam deduzir sobre os esqueletos encontrados no buraco, Legrand responde:

Essa é uma questão que sou tão capaz de responder quanto você. Ao que parece, no entanto, existe uma maneira plausível de entendê-los — e ainda é terrível acreditar em tal atrocidade que minha sugestão implicaria. Está claro que Kidd — se Kidd, de fato escondeu este tesouro, o que não duvido — deve ter tido assistência no trabalho. Mas, tendo a pior parte do trabalho acabado, ele deve ter pensado em eliminar todos aqueles que compartilhavam de seu segredo. Talvez um par de golpes com a enxada foram suficientes, enquanto os seus comparsas estavam ocupados no buraco; talvez foram necessários uma dúzia — quem poderá dizer?¹²⁶

O modo como Poe resolve finalizar seu conto nos faz ver um pouco as atrocidades cometidas pelos piratas. Aparece, neste momento, a característica usada para descrever as ações dos piratas nas histórias sobre eles: sua *maldade*.

124 POE, E. A. The gold bug... *op. cit.* p. 86.

125 Ibidem, p. 87.

126 Ibidem, p. 94.

O modo como Poe constrói a imagem dos piratas em seu conto possui semelhança com as construções feitas pelos outros autores que foram comentados neste trabalho, imagem essa que descreve o pirata como aquele ser ganancioso e cheio de maldade — como quando Legrand fala de sua suposição que Kidd haveria matado seus comparsas após ter feito uso de sua ajuda. No entanto, não foi essa forma de caracterizar os piratas que mais nos chamou atenção neste conto.

Por mais que seja mencionado o nome de um pirata famoso e que se tenha construído uma imagem para ele nesse conto, ele só aparece no final da história narrada. Não é a sua figura que faz com que a trama se desenrole. Na verdade, até quase no final, não se sabe praticamente nada sobre a relação do pirata com os acontecimentos do conto. O que permite a construção desse conto são os detalhes, os vestígios de um passado ao qual pertencera Kidd.

Essa forma de narrativa se torna possível a partir do que Rancière chama de *revolução estética*, em *A partilha do sensível*.¹²⁷ Para explicar essa questão, ele nos lembra da comparação entre história e poesia feita por Aristóteles em sua *Poética*, na qual ele estabelece a “[...] superioridade da poesia, que conta ‘o que poderia suceder’ segundo a necessidade ou a verossimilhança da ordenação das ações poéticas, sobre a história, concebida como sucessão empírica dos acontecimentos, ‘do que sucedeu’.”¹²⁸ Rancière nos lembra dessa questão colocada por Aristóteles sobre os modos de escrita durante o *regime poético ou representativo* para evidenciar a diferença que se estabelece na escrita após a *revolução estética*. Segundo ele,

A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o “empírico” traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios. “O que sucedeu” remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de *mostração* de sua própria necessidade. Do outro, “o que poderia suceder” não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação das orações.¹²⁹

São esses *vestígios* que permitem que todo um conto seja construído a partir de um objeto — o escaravelho — que possui, ele mesmo, sua verdade. No *regime estético*, as *coisas* falam e a *verdade* está ligada à esses pequenos detalhes que fazem parte da história.

127 RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível... op. cit.*

128 Ibidem, p. 56-57.

129 Ibidem.

Tudo fala, isso quer dizer também que as hierarquias da ordem representativa foram abolidas. A grande regra freudiana de que não existem “detalhes” desprezíveis, de que, ao contrário, são esses detalhes que nos colocam no caminho da verdade, se inscreve na continuidade direta da revolução estética. Não existem mais nobres temas e vulgares, muito menos episódios narrativos importantes e episódios descritivos acessórios. Não existe episódio, descrição ou frase que não carregue em si a potência da obra. Porque não há coisa alguma que não carregue em si a potência da linguagem. Tudo está em pé de igualdade, tudo é igualmente importante, igualmente significativo.¹³⁰

No texto de Poe, são os detalhes que permitem que as ações aconteçam. Isso ocorre no *regime estético* das artes, no qual não é necessário que se diga de onde o escaravelho vem, ou ao que se pode relacionar a imagem de uma caveira. Nele, a *imagem* produzida pelas palavras do amigo de Legrand ao narrar a história é o próprio objeto falando ou se calando, não é a tradução de algo. Essa pirataria construída por meio de *signos* que expressam um mundo a ser descoberto só é possível quando se afrouxam as relações entre as razão dos *fatos* e a razão das *ficções* – o que acontece a partir da *revolução estética*.

2. *Piratas e pirataria* de O. Herrmann: um espectro do passado

Tendo apresentado, resumidamente, o conto de Poe, passemos agora para o segundo texto, intitulado *Pirates and Piracy*¹³¹ de Oscar Herrmann. Este texto não é um conto, como os outros que são analisados neste capítulo, é uma *preleção*.

Esta edição da preleção que temos em mãos, conta com uma introdução feita por Herman A. Heydt, um escritor estadunidense. Ele começa sua introdução justificando que a limitação do gênero não permite um tratamento histórico, o que pode ser percebido no decorrer do texto de Oscar Herrmann. Não conta um caso ou outro de maneira mais específica, faz, ao contrário, generalizações a maior parte do tempo.

Em sua introdução, Heydt nos fala de como os nomes de alguns piratas e suas histórias perpassam os tempos de escola. Diz que essas histórias, por causa de “Um certo *glamour*, metamorfosearam esses ladrões em heróis.”¹³² E esses mesmos ladrões/heróis inspiram não só historiadores, mas romancistas e músicos, segundo Heydt.

¹³⁰ RANCIÈRE, J. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed. 34, 2009. p. 36-37.

¹³¹ HERRMANN, Oscar. *Pirates and Piracy*... *op. cit.*

¹³² HEYDT, H. A. Introduction. In: HERRMANN, Oscar. *Pirates and Piracy*... *op. cit.* p. 3

Heydt procura discorrer — mesmo que de maneira bem breve — sobre o surgimento da pirataria, que segundo ele, se dá com os fenícios, como consequência do desenvolvimento do comércio marítimo promovido por eles. Quando nos fala sobre os piratas fenícios e gregos, diz que eles respeitavam regras e um código de honra que seus sucessores não mantiveram. De acordo com Heydt os piratas que sucedem os fenícios e gregos “fizeram do Mediterrâneo um teatro de roubo marítimo, [...]”¹³³ alegando que essa prática tenha passado por um tipo de degradação. Sobre esses sucessores, diz serem “[...] tão imprudentes que permitiram que, o que era antes um negócio, se tornasse uma temeridade de ‘*free lances*’ que não conhecia barreiras, com sede, por assim dizer, na Cilícia.”¹³⁴

Depois de discorrer sobre o surgimento da pirataria, Heydt nos fala sobre o combate à essa prática. Começa falando da campanha de Pompeu contra os piratas, que teria sido o precursor de uma sistemática de defesa que fora executada, posteriormente por nações como a Inglaterra e os Estados Unidos, enfatizando a ação dos últimos na aniquilação dos piratas.

Em seguida, ele procura dar algumas definições sobre o que é um *pirata*: “[...] um inimigo comum da humanidade[...]”¹³⁵; o que é *corso* “[...] um auxiliar para uma marinha fraca, que é também pirataria, mas não reconhecido como tal pelas leis das nações.”¹³⁶ E procura definir também o que são *flibusteiros*

[...] termo que se aplica àquele que guerreando contra outro país, o faz, não por ganho privado, mas por benefício público, e refere-se geralmente àqueles que tenham tentado conquistar certas possessões da espanholas na costa americana sob o apelo de que tais locais sofriam de anarquia e opressão.¹³⁷

Mas é aos *bucaneiros* que dá um pouco mais de atenção. Heydt nos diz que

É aos *bucaneiros* que a história da pirataria deve suas páginas de glória; e que é aos homens da estirpe de Morgan [...] com sua coragem, ímpeto e espasmódico cavalheirismo — que emprestaram romance aos seus mal-feitos para obscurecer seus crimes — que devemos as histórias de conquistas das Índias Ocidentais e da América do Sul.¹³⁸

133 HEYDT, H. A. Introduction. In: HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy...** *op. cit.* p. 5

134 Ibidem, p. 5.

135 Ibidem, p. 6.

136 Ibidem, p. 6-7.

137 Ibidem, p. 8-9.

138 Ibidem, p. 9-10.

Segundo ele, no entanto, esse tempo glorioso dos bucaneiros não duraria muito. Logo, a pirataria entraria em decadência: “[...] a degeneração foi rápida e completa, os ‘*corta-gargantas*’ e vilões fora-da-lei tomaram o lugar de seus grandes predecessores.”¹³⁹

Sua introdução sobre a pirataria — mais do que uma introdução à preleção em si — termina com comentários sobre o Capitão Kidd. “O mais conhecido de todos os piratas na América é sem dúvida o Capitão Kidd, sobre quem todos já cantamos.”¹⁴⁰ Mais a frente, Heydt nos diz que, ao ver a história deste pirata, uma hipótese vem a mente, a de que talvez “[...] ele tenha caído vítima do aforismo sedutor de que ‘o pirata é a criança livre do mar.’”¹⁴¹

No último parágrafo, para não dizer que não falou especificamente da preleção de Herrmann, Heydt nos diz que ela não pretende abranger a história da pirataria, mas contar alguns mal-feitos desses *ferozes demônios*. Falemos, então, da preleção.

Logo no início de sua preleção, Herrmann usa a definição das leis das nações para deixar claro do que está falando quando usa o termo *pirataria*: “[...] tomar a propriedade de outrem por meio da violência, com intenção de roubar, sem autoridade legal, no mar.” Ação para qual a punição, pela mesma lei, era a morte. Ele localiza o florescimento da pirataria com toda sua “inconsequente vilania”¹⁴² por volta de 150 anos antes da data em que escreve (1902) e que teria sido impulsionada pelas riquezas encontradas no *Novo Mundo*, principalmente nos domínios espanhóis.

O que comentamos ocorrer no capítulo anterior nos livros de Campbell sobre a história naval britânica, se repete aqui: existe o uso de um *sujeito plural* quando se fala do *pirata*. Por mais que Herrmann e Heydt citem os nomes de alguns piratas, na maior parte do texto falam do pirata caracterizando a todos — e a ninguém ao mesmo tempo — incluindo-os em grupos. Grupos esses que não levam em consideração características individuais, mas sim características que *o piratas* possuem, e ao buscar fugir dessa generalização primeira, cria uma segunda, para o grupo dos piratas que não se encaixam naquela. Esses aspectos podem ser percebidos de forma clara quando Herrmann nos fala da classe dos piratas.

Piratas, enquanto classe, eram principalmente foras-da-lei, párias sociais, estivadores de caráter brutal e desesperado, que se alegravam quão mais

139 HEYDT, H. A. Introduction. In: HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy...** *op. cit.* p. 12.

140 Ibidem, p. 13.

141 Ibidem, p. 13-14.

142 Ibidem, *op. cit.*, p. 16.

arriscada fosse a empreitada, que achavam mais seguro navegar em alto mar do que próximo à costa, com medo constante dos agentes da lei. Mas nem todos os piratas tinham esse caráter. Alguns, não eram inerentemente viciosos, nem absolutamente depravados, adotaram esse chamado sem lei por razão de algum estigma que os privou de sua posição social; outros, por razão de indolência, outros ainda, por pura necessidade, encontraram em sua terrível aflição a justificativa para esse passo perigoso.¹⁴³

Após deixar claro o tipo de pirata que trataria nessa preleção, Herrmann se propõe a contar algumas histórias desses piratas, de como, geralmente, agiam durante suas batalhas. Os ataques piratas a uma presa, segundo o autor, aconteciam “[...] com selvajaria nascida de seu nefasto negócio, a tripulação (da presa) era impiedosamente massacrada [...]”.¹⁴⁴ Ao narrar como aconteciam os ataques piratas aos mercadores, nos diz que

Frequentemente, um corajoso mercador, vendo que a captura era inevitável, entrava na batalha por desespero, atirando pedras e mais pedras; os piratas, teimosos, furiosos, persistentes, lutando com toda a ferocidade que sua natureza era capaz, conseguiam como resultado, após decisiva disputa, baixar a bandeira do mercador em desgraça e humilhação.¹⁴⁵

Em seguida, Herrmann nos fala que as histórias dos piratas “[...] renderam temas para os historiadores, narradores e romancistas.”¹⁴⁶ Diz algo que aparece também na história de Poe resumida acima, a idéia de que “Não raramente os piratas escolhiam algum lugar deserto para enterrar seus tesouros e estocar seus objetos roubados [...]”.¹⁴⁷ Essa questão de tesouros enterrados por piratas é algo que não aparece nos livros de Defoe e Campbell trabalhados no primeiro capítulo.

É interessante como Herrmann constrói uma imagem sobre o que é o pirata – assim como em Campbell – enquanto *sujeito plural*, carregando essa imagem de adjetivos pejorativos ao narrar alguns casos de atrocidades que esses piratas supostamente cometiam com seus prisioneiros.

Desde *tempos quase imemoriais*, a palavra pirata (*pirate*) tem sido sinônimo de tudo que é perverso, sanguinário e cruel, e ser capturado por um bando desses assassinos significava indescritível tortura e sofrimento, e nós vamos dedicar alguns momentos para considerar essas cenas terríveis [...] ¹⁴⁸

143 HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy...** *op. cit.*, p. 16-17.

144 Ibidem, p. 20.

145 Ibidem, p. 26.

146 Ibidem, p. 30.

147 Ibidem, p. 32.

148 Ibidem, *op. cit.*, p. 32.

Mais à frente, durante a narrativa de como se davam as capturas e tratamento da tripulação diz que “[...] qualquer esperança de auxílio ou consideração na mão desses assassinos era inútil.” Fala na mesma página de “demônios humanos” que faziam mal por “diversão e entretenimento”.¹⁴⁹ Quando fala das torturas com as pessoas da tripulação capturada, Herrmann nos diz que

Na verdade, tão baixos eram esses vilões desgraçados em sua degradação que só as torturas inventadas com mais astúcia e crueldade poderiam saciar aquelas sanguinárias hienas humanas, que só achavam tranquilidade nas dores e gritos de outros mortais.¹⁵⁰

Depois de narrar sobre as torturas realizadas pelos piratas, Herrmann comenta da ironia da existência de um código de honra ao qual era necessário submeter-se ao entrar para tripulação de um navio pirata. Esse código de honra não é mencionado para atenuar as más ações desses piratas — pelo contrário. O autor nos diz sobre o juramento de obediência a esse código e logo nos fala de sua inutilidade — caso seja conveniente — ao nos dizer que: “Pode-se prontamente, entender quão sem valor os votos feitos por um pirata deveriam ser quando a ocasião era conveniente [...]”.¹⁵¹

É interessante que o final da preleção coincide com o fim da pirataria sobre a qual o autor narra. “Com a progressão dos eventos e crescimento do comércio, a pirataria diminuiu e, gradativamente, a bandeira preta, que varreu a costa espanhola nas Américas, foi enrolada e deixada no mar onde navegou desafiadora por tanto tempo.”¹⁵² O fim desses piratas, foi a captura, julgamento e a morte, pois, segundo o autor, — “[...] a captura (de um pirata) *significava* morte.”¹⁵³ Esse fim dos piratas, não é usado da mesma forma por Defoe. Aqui, não se trata de dar exemplos que comprovem o que é proposto, não há a preocupação de provar algo.

O último parágrafo da preleção põe fim de vez no texto, nos piratas e na pirataria:

149 HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy...** p. 36.

150 Ibidem, pp. 36 e 38. (O intervalo entre as páginas para a continuação do texto se dá pela presença de ilustrações em várias páginas ímpares no decorrer da preleção.)

151 Ibidem, pp. 40 e 42.

152 Ibidem, p. 44.

153 Ibidem, p. 45.

Mas a pirataria, com sua pungente repugnância, com sua audácia e atrevimento, seu romance e aventura, com sua pilhagem e assassinato, seus conflitos e represálias, é um *espectro do passado*, e agora está confinada aos rios e portos do Leste distante e do Norte da África. Perdeu seu glamour e encanto, perdeu a atmosfera romântica que perpassa a carreira do Capitão Kidd e o fez um herói adorado de todo menino de escola, ou que inspirou as penas de Scott, de Edgar Allan Poe, ou de Frank R. Stockton, e deu charme às histórias de Clark Russell, *pois os piratas, a pirataria, estão mortos agora, e vivem sem glória somente nas páginas das crônicas históricas*.¹⁵⁴

A alusão à pirataria como um espectro do passado é algo que só pode ser compreendido a partir da quebra de um sistema representativo entre a imagem e seu significado. Ainda que pudéssemos pensar, a princípio, que a obra de Herrmann pertenceria ao *regime poético ou representativo* - pelo seu teor moral - essa inferência, contudo, não se sustentaria por muito tempo. Ao contrário do que possa parecer, não é feito na preleção de Herrmann um julgamento moral do mesmo modo pelo qual acontece no livro de Defoe, analisado no capítulo anterior. Por mais que Herrmann utilize características negativas na construção das imagens dos piratas e da pirataria, ele não o faz utilizando *alegorias*, buscando criar um *reflexo* das ações desses piratas na história.

Para compreender essa nossa afirmação, é necessário que façamos a distinção entre dois conceitos, cujos significados se distanciam a partir do século XVIII, quais sejam: *alegoria* e *símbolo*. Estabelecer essa diferença é fundamental para compreendermos a preleção de Herrmann enquanto pertencente ao *regime estético* e não ao *regime poético ou representativo*. Para a compreensão dessa diferença, utilizaremos algumas palavras de Gadamer em seu livro *Verdade e Método*¹⁵⁵. Ele nos diz que

Mais ou menos desse modo podem ser resumidas as tendências de significado linguístico que, nos primórdios do século XVIII, fazem que símbolo e o simbólico se imponham como interna e essencialmente significativos às significações externas e artificiais da alegoria. Símbolo é a coincidência do sensível e do não-sensível; alegoria é uma referência significativa do sensível ao não sensível.¹⁵⁶

Ora, não seriam as imagens narrativas de Hermann um conjunto de símbolos — e não de alegorias? É importante pensar ainda, numa relação diversa daquela existente no *regime representativo* entre o dizível e o visível, o visível e o invisível. No *regime representativo*,

¹⁵⁴ HERRMANN, Oscar. *Pirates and Piracy...* op. cit., pp. 45-46. Grifo nosso.

¹⁵⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método* – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 137, [80].

[...] a palavra faz ver, por via da narração e da descrição, um visível não presente; em segundo lugar, faz ver o que não pertence ao visível, reforçando, atenuando ou dissimulando a expressão de uma ideia, ao fazer sentir a força de retenção de um sentimento. Essa dupla função da imagem pressupõe uma ordem de relações estáveis entre o visível e o invisível, por exemplo entre um sentimento e os tropos de linguagem que o exprimem, mas também os traços de expressão pelos quais a mão do desenhador traduz esse sentimento, transpondo esses tropos.¹⁵⁷

No entanto, não é essa *relação estável* entre o visível e o invisível, o dizível e o visível, que é construída nos textos de Herrmann. Quando nos conta de um ataque pirata, por vezes, constrói uma imagem que

[...] não é a expressão codificada de um pensamento ou de um sentimento. Não é um duplo ou uma tradução, mas uma maneira pela qual as próprias coisas falam ou se calam. A imagem vai, de certo modo, alojar-se no seio das coisas como uma sua palavra muda.¹⁵⁸

É essa expressão da imagem como *palavra muda* que podemos perceber em algumas partes da preleção de Herrmann. Imagem essa, que é própria do *regime estético das artes*, no qual “[...] as palavras e as formas, o dizível e o visível, o visível e o invisível remetem uns para os outros de acordo com procedimentos novos.”¹⁵⁹ Nela é possível que a imagem de uma bandeira tenha sua significação inscrita no seu próprio corpo, sendo “[...] sua linguagem visível por decifrar.”¹⁶⁰ Por isso, o espectro do passado na pirataria só pode ser pensado a partir de dois elementos fundamentais: em primeiro lugar, o autor constrói a pirataria como vestígio de um passado que não se encontra mais no momento da escrita; segundo, porque a pirataria só pode existir no plural a medida em que não ha mais uma comunidade de sentido que permita julgar os indivíduos piratas do mesmo modo que Defoe poderia fazer. Deste modo, a pirataria não é um crime que merece julgamento por parte de um conjunto de autoridades estabelecidas, mas sim, são signos de uma experiência que está em descontinuidade com sua própria possibilidade de descrição — ao mesmo tempo em que estes signos são indissociáveis da própria experiência. Vejamos outro exemplo no próprio texto de Herrmann:

157 RANCIÈRE, J. *O destino das imagens*. Lisboa: Orfeu Negro, 2011, p. 21.

158 Ibidem, p. 22.

159 Ibidem.

160 Ibidem.

Então, com o curso alterado, volante regulado e velocidade dada por ventos conspiradores, eles abatem o navio infeliz, exibindo no momento certo a ameaçadora e fatal bandeira negra com seu medonho emblema de um crânio e dois ossos cruzados.¹⁶¹

Nesta frase, a pirataria é compreendida como um conjunto de signos indissociáveis: o vento, o navio, a bandeira e o crânio com ossos. Eles são a expressão da pirataria por suas *palavras mudas*. Como nos diz Rancière:

A palavra muda é então a própria eloquência daquilo que é mudo, a capacidade de exhibir signos escritos sobre um corpo, as marcas diretamente gravadas pela sua história, mais verídicas do que qualquer discurso proferido por bocas.¹⁶²

Para além dessa questão de como as imagens são construídas no texto de Herrmann, é importante retomar a discussão sobre os termos pirata e pirataria sendo usados como *sujeitos plurais*. Ao falar da organização de novos modos de escrever a história no *regime estético*, Rancière nos chama atenção para alguns procedimentos literários que legitimam a história que está sendo contada. Esses procedimentos estão ligados ao *uso dos tempos e das pessoas*, mesclando discurso e relato na criação de um jeito próprio de escrever a história que, ironicamente, busca se distanciar da literatura e se aproximar de uma escrita científica.¹⁶³ Herrmann diz não fazer uma abordagem histórica em sua preleção, no entanto, não deixa de contar uma história. Ele pode fazer isso pois

[...] há história porque há uma ausência das coisas nas palavras, e porque nos nomes há o denominado. O estatuto da história depende do tratamento dessa dupla ausência da “própria coisa” que não está *mais lá* – que é o que passou e jamais foi – porque ela jamais foi *tal como foi dito*.¹⁶⁴

E é a partir dessa dupla ausência que se pode construir um sujeito que engloba várias individualidades, como é o caso dos *piratas*, ou mesmo da *pirataria*. É por meio dessa distância, e de um procedimento *literário*, que se faz possível a inscrição de sentido do que é ser um pirata na preleção de Herrmann. E esse tipo de escrita nega os procedimentos *retóricos* e *miméticos*, pois não temos como imitar algo que não conhecemos de fato. E assim,

161 HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy...** *op. cit.*, p. 24.

162 RANCIÈRE, J. **O destino das imagens...** *op. cit.* p. 22.

163 Esse assunto é tratado de forma mais específica por Rancière em seu livro. RANCIÈRE, J. **Os nomes da história...** *op. cit.*

164 Ibidem, p. 71.

Herrmann não precisa afirmar — como faz Defoe — que narra a verdade dos fatos: ele legitima sua narrativa no próprio escrever, onde as próprias coisas falam por si próprias. Rancièrre esclarece essa questão quando nos diz que

O sujeito que não se pode imitar torna-se a garantia do verdadeiro, testemunho de que uma fala teve lugar, um sentido exprimiu-se, mudo no entanto, sentido que se fará falar de novo em um discurso radicalmente diferente do da *mimesis*. A impossibilidade da imitação produz o testemunho mudo que detém a verdade da ciência, que detém sem poder libertá-la de si mesma. A figura daquela que falaria — a instância legitimadora da narração — a instância legitimadora do saber.¹⁶⁵

Por mais que Herrmann não tenha a preocupação de contar essa história dos piratas e da pirataria de maneira *científica*, isso não quer dizer que ele não se preocupe em criar uma narrativa legítima sobre o modo como viviam esses piratas. Essa legitimidade não é dada, no entanto, por meio do uso de exemplos *singulares* que podem ser *julgados* moralmente, como no texto de Defoe. Os sujeitos nessa preleção, são “sujeitos de história na idade democrática”¹⁶⁶ que

[...] não são nem os nomes próprios de soberanos cujo corpo fala e regeriam um mundo de ordens hierarquizadas, nem os nomes comuns de classes que a ciência definiria pela coerência de suas propriedades. São os nomes singulares, falsamente próprios e falsamente comuns, de um ser-junto sem lugar nem corpo; de um ser-junto que é um ser-entre: entre vários lugares e várias identidades, vários modos de localização e identificação.¹⁶⁷

E assim, pensando no modo como os piratas se fazem sujeitos plurais na obra de Herrmann, fechamos a análise desta preleção. Voltaremos, a seguir, nossos olhares para os contos de Doyle, em que os piratas aparecem de uma forma diversa àquela trabalhada nos contos anteriores, mas também inseridos no *regime estético*.

3. *Contos de piratas* De A. C. Doyle: o pirata solitário, o pirata honroso e o pirata anacrônico.

165 RANCIÈRE, J. *Os nomes da história...* op. cit. p. 63.

166 Ibidem, p. 100.

167 Ibidem, p. 100-101.

Tratemos agora do livro de Doyle e de seus *Contos de Piratas*. Eles foram publicados no Brasil em 2011, pela editora Hedra, numa edição que corresponde à metade da publicação original, que conta com os Contos de Piratas e da Água Azul (numa tradução livre). O título original em inglês é: *Tales of Pirates and Blue Water*¹⁶⁸, cuja primeira publicação data de 1922. Mas, como para nós, o mais importante neste trabalho é o modo como os autores tratam da imagem dos piratas em suas narrativas, a edição brasileira nos é suficiente.

Os contos de piratas deste livro são seis, dos quais quatro contam com um protagonista recorrente: o capitão Sharkey. O primeiro deles é intitulado *Capitão Sharkey e a volta do governador de Saint Kitt's para casa*, o segundo é: *As transações do capitão Sharkey com Stephen Craddock*, o terceiro *A ruína de Sharkey*, e o último sobre esse capitão: *Como Copley Banks matou o capitão Sharkey*. Os dois últimos — que não possuem nem uma ligação com Sharkey, nem entre si — são intitulados *O Slapping Sal*, que corresponde ao nome de um navio pirata e *O pirata de terra firme — uma hora movimentada*.

Façamos, então, um resumo do primeiro conto do livro de Doyle: *Capitão Sharkey e a volta do governador de Saint Kitt's para casa*.

Doyle começa esse conto contextualizando sua história. Narra sobre os tempos de paz — após o tratado de Utrecht (1713), que põe fim à Guerra de Sucessão pelo trono espanhol — período no qual muitos marinheiros ficam sem emprego, e por isso, alguns optam pela pirataria, “hasteiam a *Jolly Rogers*” segundo o próprio autor, “[...] declarando guerra contra toda humanidade por conta própria.”¹⁶⁹

É interessante perceber que a ideia do pirata contra humanidade é algo recorrente nas histórias sobre os piratas. Para além disso, aqui, como na preleção de Herrmann, é feita uma distinção entre piratas e bucaneiros, dando a estes maior respeito que àqueles pela mesma razão: o respeito às regras e aos códigos de honra. “Eram ainda mais temidos (os piratas) por não cultivarem a disciplina e a moderação que tornaram seus antecessores, os bucaneiros, poderosos e respeitáveis.”¹⁷⁰

Ainda nessa página, um pouco mais a frente, Doyle, no entanto, se diferencia de Herrmann ao falar do comportamento dos piratas de forma um pouco menos fixa e

168 DOYLE, Arthur Conan. **Tales of Pirates and Blue Water**. Disponível em: <<http://gutenberg.net.au/ebooks07/0701021h.html>>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

169 DOYLE, A. **Contos de Piratas...** *op. cit.* p. 10.

170 Ibidem, p. 11.

generalizadora. Enquanto Herrmann conta histórias de piratas maus, designando-os com uma série de características negativas, os piratas sobre os quais Doyle discorre são um pouco mais humanos — se assim podemos dizer. Suas ações não são só más, oscilam entre a bondade — mesmo que por um curto período de tempo — e a maldade. “Surtos de generosidade grotesca alternavam-se com momentos mais prolongados de ferocidade inimaginável.”¹⁷¹

O autor nos fala dos marinheiros que enfrentavam a ameaça, dizendo que deveriam ter força para tal trabalho em tempos difíceis, e em meio a esse discurso, nos apresenta o capitão John Scarrow, que era o exemplo desse tipo de marinheiro. Scarrow atracava em Saint Kitt’s depois de salvar um homem que estava largado no mar por causa do ataque de um capitão pirata à sua embarcação. O homem salvo — forte, que se revelou hábil marinheiro — chamava-se Hiram Evanson, e o pirata que o teria atacado, capitão Sharkey.

Ao atracar, o agente da costa lhe dá uma notícia: de que Sharkey havia sido capturado e iria ser enforcado na manhã seguinte. A notícia alegre a todos a bordo, que viviam em constante medo de serem atacados. Mas afinal, por que se fala tanto desse capitão Sharkey? Doyle diz: “Eram frequentes as histórias horripilantes sobre seus prazeres macabros e a sua ferocidade incontrolável. Das Bahamas ao continente, sua barca negra como carvão de nome ambíguo (Feliz Entrega), vinha carregada de morte e coisas muito piores que a morte.”¹⁷²

Esse agente convida Scarrow para assistir a execução do pirata, mas ele se recusa, pois teria que sair antes do amanhecer. O agente, no entanto, diz que Scarrow não poderia sair tão às pressas, visto que precisaria levar consigo o governador de Saint Kitt’s de volta para a Inglaterra. Scarrow concorda, deixando claras as condições à bordo: o fato de que a comida não era tão boa e que o governador não poderia se meter a mandar mais que ele. A viagem do governador foi acertada e, à noite, baús ricos com emblemas de nobreza foram embarcados no *Morning Star*. Bem cedo, antes do completo amanhecer, o governador — figura bizarra e adoentada — já estava do lado do navio aguardando para embarcar. Logo que saem do porto, escutam um tiro de canhão vindo da costa. Scarrow pensou ser um pedido para que voltassem, mas o governador diz que aquele foi só um tiro em comemoração ao enforcamento de Sharkey. Tranquilizado, Scarrow segue viagem.

O governador, Sir Charles, mostrou-se um bom companheiro de viagem, bebeu como camarada de Scarrow e contou várias histórias do pirata morto. O tripulante que havia sido

171 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 11.

172 Ibidem, p. 12.

salvo no mar, Evanson, se aproximou muito do governador, e o ajudou durante toda viagem. Scarrow viu nessa aproximação a gratidão de Evanson para com o governador, que havia capturado o homem que destruíra sua embarcação e o deixara para morrer.

Depois de três semanas de viagem, chegavam ao Canal da Mancha. Eis que, durante um jogo de cartas, Sharkey se revela, tirando seus óculos que preveniam que o reconhecessem, por causa de seus tão falados olhos azuis contornados de vermelho. Não foi o governador que embarcou no *Morning Star*; foi o pirata Sharkey, e aquele homem que lhe servia tão bem, Evanson, era na verdade Ned, o contramestre do navio de Sharkey. E quando Scarrow lhe pergunta sobre o governador, Sharkey responde:

A última vez que o vi, Sua Excelência estava na cama, com a garganta cortada. Quando fugi da prisão, meus amigos me avisaram (o capitão Sharkey tem quem o ame em todo o porto) da partida iminente do governador para a Europa, em um navio cujo capitão nunca o vira. Escalei a casa dele pela sacada e acertei uma pequena conta que lhe devia. Então, vim a bordo do seu navio com as coisas dele que me pareceram necessárias, além de um par de óculos para esconder estes meus olhos reveladores, e me portei como um governador deveria. Ned, agora pode se ocupar deles.¹⁷³

Ned, como estava no navio há mais tempo, já havia preparado a fuga. Um bote estava pronto para partir e os outros furados como peneiras, impedindo assim que os marinheiros os perseguissem. Antes de fugir, Sharkey tem uma discussão com Scarrow, que se mostra firme em não se dobrar aos desejos daquele pirata e sua coragem o livra da morte. Sharkey pede para que Ned o amarre, mas não o mate, pois dada sua coragem merecia morte mais digna, e sai, ameaçando voltar um dia com mais homens para capturar o *Morning Star*. Ao longe, depois de se darem conta do acontecido, o resto da tripulação observa Sharkey e Ned capturarem um navio pesqueiro que estava por perto.

Passemos, então, para o segundo conto, intitulado *As transações do capitão Sharkey com Stephen Craddock*. Neste conto, Doyle narra a história de uma emboscada armada para que Sharkey fosse capturado. Ele começa nos dizendo da necessidade que os piratas tinham, pelo menos uma vez por ano, de fazer a manutenção da carena – limpar o casco – para ter velocidade tanto na fuga quanto na perseguição de uma outra embarcação. Nessa situação, o navio ficava indefeso por algumas semanas. Doyle nos conta que fora desse modo que conseguiram capturar o famoso capitão Barba Negra. Enquanto a limpeza era feita, segundo o

¹⁷³ DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 26.

autor, os piratas iam para as cidades e povoados mais próximos para se divertirem, “[...] a regra era perturbar, ameaçar e emporcalhar à vontade [...]”¹⁷⁴ mas esse não era o caso de Sharkey.

Ao saber que Sharkey estava próximo de Kingston, na costa da Jamaica, para fazer a manutenção do casco de sua barca, o governador Sir Edward Campton procura tomar providências para capturá-lo. No entanto, as embarcações públicas não estavam em condições de serem colocadas em batalha contra tal pirata. Por essa razão, o governador apela para a iniciativa privada, oferecendo uma recompensa para quem tiver um bom plano para capturar Sharkey.

O homem que se dispõem a tal tarefa é Stephen Craddock, “uma ovelha infecta,” “um puritano que pecara”.¹⁷⁵ Com má reputação conquistada por suas ações como pirata, o antigo mercador de escravos foi recebido pelo governador com pouco entusiasmo, no entanto, seu plano para capturar Sharkey era bom, e era uma oportunidade para aquele homem se redimir de seus crimes. Ele lembrara-se que a barca de Sharkey havia sido roubada de um mercador de Kingston, e possuía uma barca gêmea – a *White Rose*, que permanecia ancorada no porto daquela cidade, a qual usaria para enganar e capturar o pirata. Craddock conta seu plano para o governador, Sir Edward:

Vou pintar a *White Rose* para que desapareça a lista branca e deixar todas as coisas como são na *Happy Delivery*. Daí, partiremos para a Ilha de La Vache, onde o homem está caçando gado selvagem. Quando nos vir, certamente confundirá a nossa barca com a sua, pela qual estará esperando. Assim, ele virá a bordo encontrar seu próprio fim.¹⁷⁶

Recebera autorização para seguir com seu plano, e para colocá-lo em prática, convocou uma tripulação contando com a ajuda de Joshua Hird, seu imediato, com quem já navegara muitas vezes. Ao chegar à ilha onde supostamente capturariam Sharkey, não viram sinal dele e de seus companheiros. Ao contrário do que planejaram, depois de dois dias à bordo da barca à espera do pirata, ninguém vinha em sua direção. Resolveram desembarcar e confirmar se os piratas ainda estavam na ilha. Quem lhes dá a confirmação é um índio daquelas terras. Esse

174 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.* p. 28.

175 Ibidem, p. 30.

176 Ibidem, p. 31-32.

índio os leva para o lugar onde Sharkey e seus companheiros estavam acampados. Craddock e seus homens esperam lá pelo retorno dos piratas por mais dois dias sem sucesso.

Quando resolvem voltar para sua barca encontram uma surpresa: seu imediato Hird estava na embarcação, mas a tripulação, assim como alguns aspectos da própria barca, mostravam-se diferentes de quando a haviam deixado, há dois dias. Ao chegar à cabine depara-se com Sharkey, que tinha, ele também, um plano. Craddock é preso, e mais tarde recebe a visita de seu imediato, que lhe oferece um pouco de comida as escondidas, e propõe que, tal como ele havia feito, Craddock assinasse com a companhia de Sharkey para que não sofresse um triste fim. Craddock, no entanto, se recusa, por já haver praticado mal suficiente em seu passado. Craddock pede que Hird lhe conte como havia se entregado às mãos de Sharkey.

[...] o navio pirata voltou da limpeza do casco no mesmo dia em que o senhor nos deixou. Ele nos abordou e, desfalcados como estávamos, com os melhores o acompanhando em terra firme, nossa resistência deixou a desejar. Alguns foram mais felizes e terminaram cortados em pedaços na hora. Outros foram mortos mais tarde. Quanto a mim, salvei a vida me comprometendo a trabalhar para eles. [...] Sharkey e seus homens, que nos cuidavam escondidos no mato, vieram até o navio. Na barca deles, a jarda principal se partira na última viagem e estava chumbada. Assim, ele desconfiou ao notar que a nossa estava inteira. Depois teve a ideia de fazê-lo cair na mesma armadilha que o senhor tentava armar contra ele.¹⁷⁷

Depois de dois dias de viagem, percebe que chegavam a Port Royal, de volta à Jamaica. Escuta o disparo de um canhão e celebração no convés, mas estranha, pois não haviam entrado em combate. Craddock é levado para o convés e vê que a bandeira britânica havia sido colocada sobre a bandeira dos bandidos. Vinha até eles um escaler de Port Royal com seus oficiais e Craddock logo entendeu o que estava acontecendo:

Sharkey, com a audácia e a astúcia diabólicas que estavam entre suas principais características, simulava o papel que caberia a Craddock, caso voltasse vitorioso. Eram em sua honra as salvas de tiros e as bandeiras esvoaçantes. Era para dar boas-vindas a ele, Craddock, que aquele escaler se aproximava com o governador, o comandante e os maioriais da ilha a bordo. Em dez minutos, ficariam ao alcance dos canhões do *Happy Delivery*. Sharkey conquistaria o maior prêmio pelo qual qualquer outro pirata já tivesse se arriscado.¹⁷⁸

177 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 37-38.

178 Ibidem, p. 41.

Craddock, no entanto, pula do navio — sob uma chuva de tiros — na tentativa de salvar sua vida e alertar o escaler do perigo. Consegue alertar o escaler “[...] o escaler inverteu a vela de proa”, mas não consegue salvar sua própria vida. Sharkey atira nele e “[...] com um sorriso sombrio na agonia da morte, (Craddock) afundou lentamente para o leito dourado que reluzia ao longe embaixo dele.”¹⁷⁹ Assim termina o segundo conto.

O próximo conto, *A ruína de Sharkey*, tem início com a descrição do medo que crescia nos mares do Caribe por causa dos rumores correntes da volta de Sharkey e sua barca *Happy Delivery* “a maldição negra dos mares.”¹⁸⁰ “Mercadores e pescadores fugiam para salvar a própria vida, diante da ameaçadora vela redonda, remendada, levantando-se lentamente no mastro de proa sobre o contorno violeta do mar tropical.”¹⁸¹

Assim como em outros contos, aparece aqui a diferenciação entre os tipos de piratas que atuaram nos mares do Caribe. Doyle nos fala de três tipos de piratas: os primeiros, *aventureiros* honrados, seguidos pelos respeitáveis ladrões *bucaneiros*, chegando no grupo mais vil, os *piratas solitários*, inimigos da humanidade, sem honra ou respeito. Segundo palavras do próprio autor:

Primeiro, veio o nobre aventureiro, homem honrado, de família que lutou como um patriota, mas estava preparado para receber pagamento de ganhos de roubos a espanhóis. Um século mais tarde, esta figura cordial desapareceu, dando espaço para os bucaneiros, que eram ladrões, pura e simplesmente, mas se organizavam por um tipo de código próprio. Sob o comando de chefes ilustres, realizavam grandes empreendimentos conjuntos. [...] (Que cederam seu lugar) para o pior de todos, o pirata solitário, regenerado, o sangrento *Ismael dos mares*, em guerra contra toda humanidade. Essa foi a ninhada maldita que o início do século XVIII desovou.¹⁸²

E é entre estes piratas que Doyle coloca Sharkey — como o pior de todos eles. Descreve, depois disso, a cabine de Sharkey: um lugar que misturava, de um jeito único, luxo e bagunça. Feito isso, descreve Ned Galloway, o contramestre — homem forte e robusto, contrapondo sua figura à figura de Sharkey — que amedrontava não por seu tamanho, mas por seus olhos assustadores. Ned e Sharkey estavam jogando cartas quando entram na cabine Israel Martin, o mestre de Guarnição e Red Foley, o canhoneiro, para avisar Sharkey que o

179 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.* p. 42.

180 Ibidem, p. 43.

181 Ibidem.

182 Ibidem, p. 44.

restante da tripulação estava reunida preparando um motim. Logo chega o restante da tripulação, que não aguentava mais os maus tratos de Sharkey, liderados por Sweetlocks, o mestre de bordo. O capitão, no entanto, se dispõe a ouvir e diz que essa situação poderia ser resolvida com algumas bebidas — mas não era o que parecia. Para além dos maus tratos, os marinheiros se queixavam da morte do carpinteiro, que por ter desagradado Sharkey, acabara morto com uma baldada na cabeça. Segundo os revoltosos, eles temiam que seu destino pudesse ser o mesmo. Outra questão é a quantidade de presas, que diminuía e o rum, que acabara.

Ocorreu, no entanto, uma reviravolta que fez com que toda tripulação parasse de discutir e começasse a trabalhar junta novamente: haviam avistado uma grande embarcação se aproximando. Segundo o autor, um navio mercante, provavelmente desavisado sobre os perigos dos mares do Caribe.

O nome da presa era *Portobello*, cujo comandante se chamava Hardy. O navio estava carregado de algodão e ferro fundido, além de ter como passageiros alguns prósperos mercadores da Jamaica. A atitude de Sharkey para com a tripulação desse navio atacado fez jus às histórias de suas atrocidades:

Quando juntaram todo o espólio, a tripulação e os passageiros foram despidos até a cintura e, sob o sorriso frio de Sharkey, jogados ao mar, um por um. Sweetlocks ficou de pé, junto à murada lateral, cortando por trás com um cutelo a junta de joelho dos que passavam, para que nenhum bom nadador viesse a se levantar e depor contra eles num tribunal. Entre os prisioneiros, havia uma mulher de porte, de cabelos brancos, esposa de um dos plantadores. Ela também foi jogada ao mar, agarrando-se aos gritos na lateral do navio.¹⁸³

Antes de jogar-se ao mar, o capitão do navio capturado conta de um suposto tesouro que permanecia escondido em seu navio: uma bela donzela, de família abastada, que se encontrava em cativeiro para ser mantida longe do homem por quem tinha se apaixonado — de classe mais baixa. Sem muito refletir sobre o assunto, buscando acalmar os ânimos da tripulação que há pouco estava revoltada com ele, Sharkey entrega a donzela para que seus homens se divirtam.

Neste momento, Doyle nos traz uma descrição dos piratas pelas palavras do capitão, que se aproxima de algumas presentes em outros livros sobre os mesmos, tomando-os como

183 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 50.

animais. “Sharkey, por um momento, afastara da cabeça qualquer preocupação com o motim. Sabia que *animais* não são tão ferozes quando comem demais.”¹⁸⁴ Por isso, a farra na cabine acontecia com a bebedeira de Sharkey, seu imediato e o cirurgião de bordo, até que ele se lembra de Inez — a donzela que encontraram escondida — e pede que levem-na para a cabine.

A essa altura, Inez já sabia que seus pais haviam sido assassinados e já não mostrava resistência aos tratos dos piratas. Ela acaricia Sharkey, que a deseja ao ponto de não querer mais dividi-la com o resto da tripulação. No entanto, sem demora, o médico — que bebia em companhia do capitão — percebe que as mãos de Inez são as mãos de uma leprosa, que contaminava Sharkey a cada toque.

Os piratas, ao saberem que, para além de todos os problemas que já tinham com Sharkey, este tinha sido contaminado por Inez, fazem que ele embarque com ela num bote e jogam-nos ao mar. O que acontece com Sharkey depois disso não é narrado, no entanto, Doyle coloca dois fragmentos dum diário de bordo de um navio de Sua Majestade em sua viagem pela costa da América no ano de 1721. Neles, está escrito que desembarcaram na Hispaniola e lá encontraram o esqueleto de uma mulher bem vestida e uma cabana que abrigara alguém por algum tempo. O autor deixa em aberto o que teria acontecido, terminando o conto com o seguinte fragmento do diário:

Corre um rumor de que Sharkey, o pirata sanguinário, foi abandonado por essas partes no ano passado. Se ele conseguiu fugir para o interior e se foi recolhido por um navio em mar aberto, não há como saber. Caso ele continue mais uma vez solto por aí, rezo a Deus para que o traga ao alcance de nossas armas.¹⁸⁵

Sharkey escapara da morte mais uma vez e deixa Hispaniola, mesmo que não fique explícito como. Temos, por essa razão mais um conto sobre este pirata: *Como Copley Banks matou o capitão Sharkey*. Assim como em outros contos, Doyle fala dos bucaneiros com um certo respeito. Este conto começa com esse “elogio” aos bucaneiros à quem, mais a frente, ele contrapõe Sharkey, que ele chama de “pirata solitário”.

Os BUCANEIROS não eram apenas um mero bando de saqueadores. Tinham uma república flutuante, com leis, disciplina e costumes próprios.

184 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.*, p. 53.

185 Ibidem, p. 58.

[...] O chefe bucaneiro, fosse inglês ou francês, um Morgan ou um Grammont, tinha que ser uma pessoa responsável, alguém cuja pátria podia se apoiar, ou mesmo louvar, enquanto se contivesse e não cometesse qualquer ato que ferisse de maneira excessivamente ultrajante a couraça da consciência do século XVII. Alguns deles eram sensíveis à religião. [...] Entre os piratas antigos, os Everyys, os Englands e os Roberts, havia algum respeito ao sentimento humano. Eram mais perigosos para os mercadores do que para os marinheiros.¹⁸⁶

Nesses piratas que lutavam em tempos de guerra contra os espanhóis, era possível perceber, segundo Doyle, honra e humanidade — características que não são usadas para descrever os *piratas solitários* como Sharkey. Usando das palavras do próprio autor, esses bucaneiros, piratas antigos, foram substituídos por

[...] homens ainda mais *selvagens e desesperados*, que admitiam francamente não haver trégua na sua *guerra contra a espécie humana*, jurando retribuir na mesma medida o pouco que lhes deram. Das suas histórias, não sabemos muito que seja verdade. Não escreveram memórias nem deixaram rastro, exceto por destroços ocasionais, marcados pelo fogo e sujos de sangue, à deriva sobre a face do Atlântico. Procurando registros históricos, só aqui e ali, em algum julgamento do Velho Mundo, o véu que oculta parece ser suspenso por um instante e conseguimos ver de esguelha *brutalidades grotescas e surpreendentes*. De tal estirpe foram Ned Low, Gow, o escocês e o maldito Sharkey, cuja barca negra feito carvão, a *Happy Delivery*, era conhecida, das costas de Newfoundland até a boca do Orinoco, como o prenúncio sombrio de miséria e morte.¹⁸⁷ (Grifos nossos.)

Após esses comentários sobre bucaneiros e piratas que permitem que Doyle caracterizasse ainda mais claramente Sharkey, ele começa a falar do homem que sofrera as consequências mais amargas de um encontro com tal pirata: Copley Banks. O autor nos conta que Sharkey matou a esposa e os dois filhos de Banks após capturar a embarcação que os trazia de volta da Inglaterra. Depois desse fato, o mercador afundou-se “[...] numa melancolia letárgica e duradoura.”¹⁸⁸ Os negócios e os amigos foram deixados de lado e ele passava a maior parte do tempo em badernas nas tabernas, atento a cada rumor sobre o paradeiro de Sharkey. Um dia, numa dessas tabernas, Banks encontrou um homem que escapara das garras daquele pirata, mas não conseguia falar, pois sua língua havia sido cortada. Conseguia, no entanto, escrever, e os dois ficaram se comunicando e analisando um mapa por um bom tempo.

186 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 59-60.

187 Ibidem, p. 60.

188 Ibidem, p. 61.

No dia seguinte, Banks aparecera no trabalho depois de muito tempo afastado dos negócios e pediu para seu gerente, Freeman, que preparasse seu navio — *Ruffling Harry* — para buscar escravos em Whydah¹⁸⁹. Embarcou alguns canhões, muitos mantimentos e recrutou a escória do porto, surpreendendo quem o conhecia e trabalhava com ele há mais tempo.

Por essa razão, o Major Harvey — comandante da tropa de Kingston — vai até o governador para alertá-lo do fato que a barca de Banks não é uma barca mercantil, mas um pequeno navio de guerra. “Eu suspeito — disse o militar — que vai ser como Stede Bonnet, tudo outra vez.” E Doyle nos conta um pouco sobre aquele pirata, explicando a razão da preocupação de Harvey com relação às atitudes de Banks.

Stede Bonnet fora um plantador muito respeitado e religioso que, *por algum surto incontrolável de selvageria no sangue*, abandonou tudo e saiu pirateando pelos mares do Caribe. O exemplo era recente e causara maior consternação nas ilhas. No passado, governadores já foram acusados de se associarem a piratas, de receberem comissão sobre o espólio das pilhagens. Assim sendo, qualquer falta de vigilância seria uma abertura para conspiração sinistra.¹⁹⁰

A justificativa para as ações de Bonnet, assim como no livro de Defoe, está ligada aqui a um *surto*. Uma pessoa em seu estado *normal* não tomaria a decisão de entrar para a pirataria. O governador, por receio que o ligassem à pirataria com o ingresso de seu amigo Banks em tal atividade, faz com que ele mande os oficiais para fiscalizar sua barca antes que saia do porto. No entanto, quando chegaram lá, Banks já havia partido.

Na manhã após a partida do *Ruffling Harry*, Banks reúne toda a tripulação e conta seus planos de piratear pelos mares do Caribe, dando a possibilidade, àqueles que não quisessem fazer o mesmo, de pegar um bote e voltar remando para a Jamaica. Dos 46 homens que lá estavam, apenas 4 se recusaram a praticar a pirataria e embarcaram num bote para voltar.

Tendo revelado seus planos, estabeleceram as regras sob as quais seriam feitas as divisões dos espólios, punições para crimes, etc. Em menos de um ano, Banks se tornara um rival de Sharkey à sua altura. Também havia se tornado um “terror dos mercadores.”¹⁹¹ No

189 Também encontrado como *Ouidah*, cidade costeira da República de Benim, na África.

190 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.* p. 63.

191 Ibidem, p. 65.

entanto, não haviam se encontrado, até que Banks vai para costa de Cuba para limpar o casco da *Ruffling Harry* e percebe que a *Happy Delivery* estava encostada lá para fazer o mesmo.

Banks dispara um tiro de saudação e embarca na *Happy Delivery*. Ao recebê-lo, Sharkey ameaça matá-lo por sua insolência de “pescar em suas águas.”¹⁹² Banks responde à altura, aceitando a ameaça e dizendo que o mar era, realmente, muito pequeno para os dois. Essa valentia de Banks faz com que Sharkey passe a respeitá-lo, mesmo sem depositar nenhuma confiança nele. Sharkey não tem lembrança de fazer nenhum mal a ele, por isso aproxima-se dele cada vez mais. Tornam-se camaradas e até enfrentam juntos o *Royal Fortune* um navio da Marinha Britânica.

Depois de algum tempo de convivência, uma noite, se reúnem na cabine de Banks no *Ruffling Harry*. Bebendo em comemoração ao sucesso nos últimos roubos, estavam na cabine Sharkey, Ned, Sweetlocks, e Israel Martin “A servi-los, estava o ajudante mudo, cuja cabeça Sharkey quebrou com um copo, porque demorou muito a enchê-lo.”¹⁹³ Logo, todos estavam desmaiados de tanto beber, exceto Sharkey, Banks e o criado. Finalmente havia chegado o momento tão esperado por Banks.

O capitão do *Ruffling Harry* pede para que Sharkey lhe conte sobre o *Duchess of Cornwall*, que ele havia capturado há três anos. Ele diz não lembrar detalhes e Banks refresca sua memória falando-lhe de uma mulher e seus dois filhos que voltavam da Inglaterra. O criado amarra Sharkey, enquanto ele gritava inutilmente por ajuda — afinal, seus companheiros estavam sem reação depois de tanto terem bebido. O capitão Banks, com ajuda do criado, prepara a morte de Sharkey, voltando um canhão para sua pessoa e espalhando pólvora por toda cabine, enquanto a tripulação bêbada do lado de fora cantava. Banks e o criado embarcam num bote previamente preparado e observam de longe a explosão do navio. Era o fim do capitão Sharkey.

Terminados os contos sobre Sharkey temos dois contos bem diferentes dos quatro primeiros. Façamos, então, um resumo sobre o quinto conto do livro — O *Slapping Sal* — e não será difícil perceber em quais aspectos ele é diferente dos outros.

Esse conto narra uma história que se passa num tempo em que a França perdia seu poder na navegação, segundo o autor. Ela narra uma expedição feita por uma fragata britânica que estava a serviço da Marinha Real. O nome dessa fragata era *Leda* e seu capitão era A. P.

¹⁹² DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.*, p. 66.

¹⁹³ Ibidem, p. 68.

Johnson, que navegava com o tenente Wharton, um amigo de infância do capitão. As características que descreviam aquela embarcação, bem como sua tripulação são bem diversas daquelas usadas para descrever as naus piratas das histórias anteriores.

Ele (o tenente) e o capitão eram grandes amigos de infância. Foram à escola juntos, entraram juntos para a marinha, muito combateram lado a lado e casaram-se com familiares um do outro. Enquanto seus pés estivessem na popa, porém, a disciplina de ferro em serviço eliminava tudo que tivessem de humano, deixando apenas um superior e um subordinado.¹⁹⁴

Ao falar de amizade e de família, diferencia esses marinheiros daqueles *piratas solitários* que tanto criticou nos contos anteriores. A humanidade, aqui, é deixada de lado não para evidenciar *selvageria*, como quando falam dos piratas, mas para mostrar que a disciplina — praticamente inexistente nos navios dos *piratas solitários* — era o que regia as ações daqueles marinheiros.

O capitão abre uma carta com ordens para que o *Leda* e *Dido* — outra embarcação britânica, com o qual *Leda* saiu junto de Antigua — capturassem a fragata francesa *La Gloire*, e a embarcação pirata *Slapping Sal*, que haviam atacado alguns navios mercantes no Caribe. *Dido*, no entanto, tinha se distanciado de *Leda* após uma tempestade. Mas, como estavam com as ordens nas mãos, os tripulantes de *Leda* seguem para realizar a tarefa, mesmo a operação sendo muito mais perigosa sem *Dido*.

Logo depois de ler suas ordens, o tenente Wharton alerta ter visto um brigue ancorado “[...] na garganta de um estuário tortuoso. Era óbvio que o barco não sairia sem ficar ao alcance dos canhões da fragata. Um longo rochedo ao norte a retinha ali.”¹⁹⁵ Constatam após observar o barco por um tempo, que aquele era o *Slapping Sal*. A medida que a fragata britânica avançava em sua direção, a tripulação se mostra disposta a lutar por sua liberdade, organizando a embarcação pirata para batalha “[...] deu pra ver seus tripulantes trabalhando feito loucos nas amarras.”¹⁹⁶ A descrição da organização para batalha na fragata britânica da marinha é bem diferente daquela das embarcações piratas:

A tripulação britânica foi para seus postos, na hora, com a calma e a serenidade de homens em sua rotina diária. Em poucos minutos, sem ruído

194 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p.74.

195 Ibidem, p. 76.

196 Ibidem, p. 76.

ou confusão, os marinheiros se agruparam junto às canhoneiras, os fuzileiros navais estavam de joelhos apoiando-se nos mosquetes e o mastro da ponta da proa apontava diretamente para sua pequena vítima.¹⁹⁷

Chega ao capitão Johnson a informação de que havia ocorrido no *Slapping Sal* um motim, e que agora, seu capitão era Hairy Hudson “Um vilão tão cruel quanto o pior que já tenha existido.”¹⁹⁸ Além da descrição deste pirata, temos a descrição de mais um outro, que fora observado ao longe pelo capitão Johnson, enquanto trabalhava para uma resistência desesperada: “[...] um homem enorme, com barba até os olhos e gorro vermelho na cabeça, fazia força, curvando-se, carregando peso.”¹⁹⁹

Essa imagem do pirata e a descrição do modo como organizavam sua resistência, se contrasta com a descrição da ação dos marinheiros britânicos. “A esplêndida disciplina da marinha britânica, entretanto, rendia o seu melhor em crises como aquela.”²⁰⁰ A crise mencionada é a percepção de que *La Gloire* se encontrava escondida e vem para atacar a fragata da britânica enquanto ela se aproximava para atacar o outro barco pirata.

Doyle narra a batalha entre *La Gloire* e *Leda*, que acontece em meio a uma densa névoa e fumaça, que não permitem que vejam o estrago feito na barca adversária, nem na sua. Os britânicos estavam perdendo a batalha, mas escutam um tiro de canhão atingindo *La Gloire* que não conseguiam identificar de onde vinha. *La Gloire* atirara de volta. Mas pra onde?

Logo que a fumaça se dissipou, viram os estragos “O convés coalhado de cadáveres, as portinholas arrebetadas, com várias se tornando uma só.”²⁰¹ E viram também que o *La Gloire* batia em retirada, fugia para alto mar, e estava sendo perseguido por *Dido* que finalmente alcançara *Leda*. Deixados para trás com grandes estragos, impossibilitados de ajudar *Dido* na perseguição, o capitão Johnson fica e vê de onde tinha vindo o tiro que atingira *La Gloire* e o que o estrago que o tiro de volta tinha feito com quem havia atacado.

O tiro que atingira *La Gloire* tinha saído dos canhões do *Slapping Sal* que foi destruído pelo contra-ataque de *La Gloire* em sua direção. Finalmente, uma descrição dos tais *piratas solitários* que não os colocava somente como *selvagens*. Cito a fala do capitão Johnson com a

197 Ibidem.

198 Ibidem, p. 77.

199 Ibidem, p. 78.

200 Ibidem, p. 79.

201 Ibidem, p. 82.

qual Doyle termina o conto: “Ele era um bandido, mas era um britânico! [...] Viveu como um cão, mas, por Deus, morreu feito um homem.”²⁰²

Façamos, finalmente, o resumo do último conto do livro de Doyle: *O pirata de terra firme — uma hora movimentada*. Diferente dos outros contos, neste o pirata não se encontra num navio, nem agiu nos mares, nem mesmo pertence ao período em que os outros contos são narrados.

O local onde acontecem os roubos narrados neste conto é “[...] um trecho isolado, com vegetação rasteira crescendo dos dois lados [...]”²⁰³ de uma estrada de Eastbourne para Tunbridge, na Inglaterra, num domingo de verão. O veículo do pirata de terra firme é um *Rolls-Royce*, com o qual fecha sua primeira vítima “[...] um jovem irritado, de olhos azuis, bigode loiro e chamativo, sentando sozinho na direção de um antiquado *Wolseley* de 12 cavalos.”²⁰⁴

Desta primeira *presa*, o pirata rouba a carteira e o relógio. Enquanto entrega o relógio, o jovem loiro diz ladrão que ele “[...] está dois séculos atrasado e algumas milhares de milhas afastado da longitude. Seu lugar é na selva ou na América.”²⁰⁵ E aí está a primeira relação feita entre este ladrão e a pirataria. Antes de ir embora, o “*pirata*” estraga o carro de sua vítima e pede ao homem que assaltava que lhe dissesse seu nome – Ronald Barker – e seu endereço, pedido ao qual a vítima respondeu dizendo ter em sua carteira roubada, um cartão seu onde o ladrão poderia obter tais informações.

Quando se distanciou de sua primeira vítima, ele parou o carro e conferiu o mísero espólio de sete xelins. No entanto, “O baixo retorno de seu esforço parecia diverti-lo mais do que incomodá-lo.”²⁰⁶

O segundo assalto foi mais tranquilo. Sua vítima dessa vez foi um elegante *Humber* conversível no qual estavam um chofer e duas jovens, Hilda e Flossie. O ladrão fez com que o chofer retirasse as velas da ignição, mas não fora ríspido como haveria sido com Barker. Pede que elas entreguem suas jóias e bolsas, o que deixa Flossie chorosa. Sensibilizado, o ladrão joga as jóias de volta no colo das jovens, mas pede antes, que lhe digam de onde eram. Elas

202 Ibidem, p. 84.

203 Ibidem, p. 85.

204 Ibidem, p. 87.

205 Ibidem, p. 88.

206 Ibidem, p. 89.

disseram que eram atrizes e estavam em temporada no Royal de Eastbourne. Ele se vai, e aguarda sua próxima vítima.

Dessa vez, a presa era rica, estava num *Daimler* de 60 cavalos. A descrição do mesmo é a segunda relação feita entre os roubos e a pirataria. “Feito um galeão espanhol de popa alta e carga valiosa, o carro se manteve em curso até a nave à sua proa atravessar na sua frente, forçando uma parada repentina.”²⁰⁷ Mais a frente, Doyle, depois de falar do homem rico dono do carro e seu chofer, faz a descrição do ladrão tal como aquelas feitas dos piratas. “Até aquele momento, o comportamento do assaltante moderno poderia parecer civilizado. Em um instante, entretanto, tornou-se *selvagem*.”²⁰⁸ Deu um golpe no chofer que o deixou desacordado, mas não morto, e roubou tudo que o patrão rico tinha consigo: seus anéis, sua carteira, sua corrente, etc. Além disso, “[...] tirou-lhe (do patrão) cuidadosamente todas as roupas do corpo, com uma energia feroz, que fazia a vítima chorar encolhida diante da expectativa iminente da morte.”²⁰⁹ Mas, ao ouvir o ruído de outro carro se aproximando, imaginando que este já teria se deparado com os estragos dos roubos anteriores, foge antes que seja tarde. E ao narrar a aproximação desse outro carro, Doyle faz uma comparação direta entre o ladrão da estrada e um pirata: “Esse automóvel já teria passado pelos destroços que o pirata deixara para trás.”²¹⁰

Depois de narrar os roubos, Doyle narra a manhã de Henry Hailworthy, juiz do condado, em sua ida para seu gabinete. Nos conta que o juiz estava pensativo, mas que, ao ver um *Wolseley* fazendo a curva a caminho do mesmo lugar para onde estava indo, se alertou.

Ao chegar em seu gabinete, Sir Henry recebe seu jovem amigo Barker, perguntando-lhe a razão de ter madrugado. Ronald Barker, exaltado, acusa-o de ter cometido os roubos na noite anterior. Por mais que o juiz negasse, a todo custo, que havia cometido tais roubos, as evidências não deixavam Barker duvidar de suas conclusões. A principal delas foi um pedaço do casaco que encontrara próximo ao carro das atrizes.

Percebendo a convicção de Barker, depois de muito negar, Sir Henry admite ter sido ele o autor dos roubos, mas pede uma oportunidade para explicar-se. Primeiramente, mostra que em sua mesa estavam prontos os envelopes com os pertences das atrizes e de seu amigo

207 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit. p. 92.

208 Ibidem, p. 93. Grifo nosso.

209 Ibidem.

210 Ibidem.

Barker, que estava a sua frente. Não desejava ficar com aqueles espólios, e continua sua explicação.

Seu único alvo verdadeiro daquela noite era Sir George Wilde, o dono do *Daimler*, que se tornara seu inimigo pessoal após passar-lhe a perna. Sir Henry conta ter pedido a opinião de Sir George para investir num banco, que o último assegurou ser confiável, no entanto, dois dias após o depósito, o banco faliu e ele estava arruinado. Henry descobrira depois, que Sir George sabia há três meses da situação do banco, e que havia dado a dica ruim de má fé. Quando voltou a encontrá-lo, George riu de sua cara e “Disse que deveria investir só em títulos garantidos pelo tesouro inglês e que, pelos custos, a lição saíra barata.”²¹¹

Depois do acontecido, Henry diz para Barker, que havia jurado que um dia acertariam as contas. Sabendo que Sir George voltava de Eastbourne aos domingos à noite, planejou o roubo, no qual conseguiu uma boa quantia, mas não poderia assaltar somente seu inimigo pessoal sem ser descoberto, e por essa razão assaltou os outros dois carros.

Tendo se explicado, com uma justificativa moral aceitável, Sir Henry recebeu o perdão do jovem Ronald Barker, que pede que não repita tais atrocidades. Henry promete a seu amigo: “Não, não farei isso outra vez. Quem é que fala em ‘uma hora movimentada de vida gloriosa’? Por São Jorge! É fascinante demais. Tive o grande momento da minha vida! Falem na caça à raposa! Não não voltarei a fazê-lo por medo de que se apodere de mim.”²¹² E com tal promessa, o último conto chega ao fim.

Escolhemos resumir todos os contos do livro de Doyle antes de começar a análise por acreditar que isso facilitaria o trabalho. Isso porque o modo como o autor constrói as imagens dos piratas, de alguma forma, se completa conto após conto. Vamos, então, à análise dos *Contos de Piratas*.

Já assinalamos — no decorrer do resumo dos contos — algumas características que são recorrentes nas construções das imagens dos piratas não só nos contos de Doyle como também nos outros textos analisados neste trabalho. Elas estão ligadas ao uso de alguns adjetivos negativos para caracterizar esse grupo de pessoas — selvagens, sanguinários, brutais, etc. No entanto, essas características negativas são dadas àqueles piratas que atuam depois dos bucaneiros, em tempos de paz, para os quais os inimigos são a humanidade como

211 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.* p. 99.

212 Ibidem, p. 100.

um todo, não mais homens de uma nação ou outra. Aqui, nos contos de Doyle, esses piratas são colocados no grupo dos *piratas solitários*.

Dentre esses *piratas solitários*, existe — nos contos de Doyle — histórias do pior deles: Sharkey. É essa figura que dá vida, em casos específicos, às características desse *sujeito plural* que é construído nos textos sobre os piratas, tanto na preleção de Herrmann, quanto nos contos de Doyle sobre o capitão Sharkey e, em certa medida, até mesmo no conto de Poe.

No entanto, nos contos de Doyle é possível perceber uma diferença com relação aos outros contos sobre os piratas no que diz respeito à construção de sua imagem. Enquanto nos outros textos analisados nesse trabalho, existe a construção de duas possibilidades para o pirata que atua depois do tempo dos bucaneiros (ou é o pirata mal, vicioso, ou aquele que entra nessa vida por loucura ou falta de opção), nos contos de Doyle escapamos a essa dualidade. É fato que, nos contos sobre Sharkey, essa dualidade aparece — ou o pirata é tão mal quanto Sharkey, ou caiu nessa vida por alguma desventura ou surto, como no caso de Banks, que sai em busca de sua vingança.

Isso, entretanto, não ocorre com os piratas dos dois últimos contos. Neles Doyle cria dois novos tipos de piratas: em *Slapping Sal* ele nos fala de um pirata honroso e em *O pirata de terra firme* nos fala de um pirata anacrônico, fora tanto do “tempo” quanto do “espaço” que caberiam a um *pirata*. Isso só é possível a partir do momento em que a *literatura* não é mais o “espelho” de uma comunidade moral, mas a ultrapassa, isso é possível no *regime estético das artes*.

Vemos que, no *regime representativo*, algumas normas “[...] amarravam a racionalidade da ficção poética a uma certa forma de inteligibilidade das ações humanas, a uma certa afinidade entre os modos de ser, modos de fazer e modos de falar.”²¹³ Esse tipo de escrita que amarra um modo de ser, de fazer e de falar — como no caso dos piratas de Defoe, com seus exemplos — não permitiria a criação, por exemplo, de um pirata como Sir Henry ou como o capitão do *Slapping Sal*, dos últimos contos de Doyle. Esses piratas são criados a partir da possibilidade de extrapolar o que seria aceito numa comunidade moral que estabelece uma hierarquia na qual “[...] reis devem falar como reis e pessoas comuns como pessoas comuns.”²¹⁴

213 RANCIÈRE, Jacques. *The politics of literature...* op. cit. p.10.

214 Ibidem.

Sir Henry, um juiz reconhecido, em pleno uso de suas faculdades mentais, cometer atos que pudessem ser comparados à atos de pirataria. Ou mesmo um pirata, conhecido por ser “Um vilão tão cruel quanto o pior que já tenha existido,”²¹⁵ se mostrar no final das contas como um honroso britânico que deixa de agir como animal em defesa de um navio de sua nação, tendo como consequência a destruição de sua própria nau. Esses exemplos fogem da hierarquia estabelecida por essa comunidade moral pressuposta no *regime poético ou representativo*.

Essa fuga a uma hierarquia preestabelecida é questionada a partir da *revolução estética* “[...] como uma quebra simbólica: um rompimento com uma determinada ordem de relações entre os copos e as palavras, entre os modos de falar, os modos de fazer e os modos de ser. Em seu sentido, podemos opor ‘democracia literária’ à clássica ordem da representação.”²¹⁶ E acreditamos que é essa quebra da ordem representativa que vemos nos textos de Doyle de maneira ainda mais clara que nos outros que fazem parte desse regime estudados neste trabalho.

Retomando o que falamos sobre o uso dos *vestígios* na construção de uma história a partir do conto de Poe, também nos textos de Doyle vemos a importância dada aos detalhes. Eles também são fundamentais para a composição de uma imagem que fala mais que as palavras que compõem aqueles contos. Entendemos que — assim como Poe e Herrmann — Doyle, ao narrar os pormenores da vida dos piratas, ou falar sobre partes de uma embarcação pirata, utiliza-se de uma *escrita muda*, como “[...] a palavra que as coisas mudas carregam nelas mesmas.”²¹⁷

E nos usos dessas *palavras mudas* assim como os outros autores citados acima, Doyle “[...] viaja nos labirintos do mundo social. Ele recolhe os vestígios e transcreve os hieróglifos pintados na configuração mesma das coisas obscuras ou triviais. Devolve aos detalhes insignificantes da prosa do mundo sua dupla potência poética e significante.”²¹⁸ Um exemplo disso é quando fala da “[...] limpeza e manutenção da carena como algo necessário para o pirata antigo.” E continua narrando de que forma a tripulação pirata se organizava para fazer essa limpeza “[...] deixava o navio leve e metia-o por um braço de mar estreito, onde ficasse

215 DOYLE, A. *Contos de Piratas...* op. cit., p. 77.

216 RANCIÈRE, Jacques. *The politics of literature...* op. cit. p. 11.

217 RANCIÈRE, J. *O inconsciente estético...* op. cit. p. 35.

218 Ibidem, p. 36.

no alto e no seco quando a água baixava. Amarravam as talhas e roldanas no mastro afim de puxá-lo, virando o casco para raspá-lo de ponta a ponta, da porta do leme ao quebra-mar.”²¹⁹

Além dessa questão dos usos da *palavra muda*, outro elemento que pode ser explorado é o próprio anacronismo presente em *O pirata de terra firme*. Essa criação anacrônica não seria possível no *regime poético ou representativo* visto que “Uma poética da verossimilhança opera nesses quadros vivos que nos mostram a impossibilidade de que um pensamento se aloje num cenário que não lhe convém.”²²⁰ No entanto, assim como na escrita da história, a criação desse pirata anacrônico é possível no *regime estético* à medida que

Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência de significantes saídos do “seu” tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a história.²²¹

Ora, um pirata fora de seu tempo e lugar, bem como a própria existência de um pirata de terra firme, só são possíveis se as fronteiras entre a verdade dos fatos e a verdade das ficções são confundidas, assim como suas temporalidades. A pirataria surge como realidade, portanto, a partir da letra errante tornada literatura.

219 DOYLE, A. *Contos de Piratas... op. cit.*, p. 27.

220 RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 47.

221 Ibidem, p. 49.

Considerações Finais

A partir do trabalho com as fontes, começamos a entender de que maneira a literatura possui sua política, tal como nos fala Rancière:

A expressão “política da literatura” portanto, implica que a literatura intervém como literatura ao esculpir espaço e tempo, o visível e o invisível, a fala e o barulho. Intervém na relação entre práticas e formas de visibilidade e modos de dizer que esculpe um ou mais mundos comuns.²²²

Na construção das imagens e das histórias dos piratas, vemos a política da literatura criando um espaço possível para a existência desse mundo dos piratas e da pirataria a partir de vestígios. Cabe à literatura contar a história desses homens que não eram dignos de terem suas histórias contadas, a não ser para que fossem julgadas moralmente. É a literatura, bem como a historiografia do *regime estético* que relacionam o *visível* — esses hieróglifos, esses vestígios — com o *invisível* — os piratas que são agora “*espectros do passado*” como nos diz Herrmann.

E é também a literatura que possibilita a criação dos piratas e da pirataria que *não* são contidos por limites morais e temporais — como o pirata honroso ou o pirata de terra firme. Por meio dessa literatura do *regime estético* vemos a produção de histórias que extrapolam os limites do *possível* ligados à noção de verossimilhança mimética do *regime representativo*.

Em nossa busca por fontes sobre os piratas, encontramos um silêncio inicial que, ao longo da pesquisa, mostrou-se bastante coerente com a construção da história da *nação* britânica em conjunto com a história *naval* britânica. Por meio dos livros de história Naval britânica, formou-se uma superfície coletiva de inscrição do sentido da história (a Nação Britânica) que isolava os piratas dessa superfície. Isso só pode ser feito a partir do momento em que os historiadores, por meio dos recursos *literários*, fazem a separação entre história e literatura, dando à primeira caráter de ciência erudita e à segunda um espaço desconcertado da realidade.

Esse silêncio, no entanto, não impede que as histórias dos piratas e da pirataria sejam contadas na literatura e isso se faz de maneira significativa, quando compreendemos o poder dessa arte. Sobre esse poder, Rancière nos diz que “[...] a literatura tem se tornado uma

222 RANCIÈRE, Jacques. *The politics of literature...* op. cit. p. 4.

máquina poderosa para auto-interpretação e de re-poetização da vida, capaz de converter todos os escombros da vida comum em corpos poéticos e signos da história.”²²³

Nesse sentido, compreendendo a literatura como uma arte poderosa, e, em certa medida, até mesmo “subversiva”, que vemos a importância de olhar para as artes e, a partir delas, enriquecer um pouco mais nossas histórias. Deixar falar outras versões e principalmente refletir a partir delas.

Por pensarmos o artista como uma pessoa capaz de também contar a história do mundo social, isso nos motivou nessa pesquisa a buscar uma produção historiográfica que reconheça a importância da arte para a história sem a pretensão de hierarquizá-las. Temos consciência de que nossas reflexões apresentadas neste trabalho são apenas o início de um longo percurso na busca pela compreensão da relação entre história e arte, e ainda entre arte e as histórias dos piratas e da pirataria. Mas consideramos que — apesar de todas as dificuldades — este foi um bom início, um bom primeiro passo.

223 RANCIÈRE, Jacques. **The politics of literature...** *op. cit.* p. 29.

Referências

- Fontes:

CAMPBELL, John. **Naval History of Great Britain**, including the History and Lives of the British Admirals. London: Piccadilly, 1813. 8 v. Disponível em: <<http://archive.org/search.php?query=naval%20history%20John%20Campbell%20AND%20mediatype%3Atexts>>. Acesso em 17/03/2013.

DEFOE, Daniel. **Uma história dos piratas**. [comentários e notas de Manuel Schonhorn]; seleção e apresentação à edição brasileira, Luciano Figueiredo; tradução de Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

DOYLE, Arthur Conan. **Contos de Piratas**. São Paulo: Hedra, 2011.

HERRMANN, Oscar. **Pirates and Piracy**. New York: Stettiner Brothers Press, 1902. Disponível em: <<http://archive.org/details/cu31924029850462>>. Acesso em 17/03/2013.

POE, Edgar Allan. The gold bug. In: _____ **The collected works of Edgar Allan Poe**. Ware: Wordsworth Editions, 2009.

- Bibliografia:

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: EDIPRO, 2011, p. 55 (1451b).

_____. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

COUTO, Sérgio Pereira. **A história secreta dos piratas**. São Paulo: Universo dos livros 2006.

DOYLE, Arthur Conan. **Tales of Pirates and Blue Water**. Disponível em: <<http://gutenberg.net.au/ebooks07/0701021h.html>>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

ESQUEMELING, John. **Os Bucaneiros da América**. Adaptação, introdução e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método** – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**, ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

JOHNSON, Charles. **Uma história geral dos roubos e crimes de piratas famosos**: a política interna, a disciplina de bordo, as façanhas e aventuras de 19 criminosos célebres da era de ouro da pirataria (1717-1724). Tradução de E. San Martin. Porto Alegre: Artes de Ofícios 2003.

LINEBAUGH, P. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (org.) **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

_____. **O destino das imagens**. Lisboa: Orfeu Negro, 2011.

_____. **Os nomes da história**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

_____. **The Politics of Literature**. Malden: Polity Press, 2011.

_____. (1994) A poética do saber: Sobre Os nomes da História. **Urdimento**, Santa Catarina, v. 1. n 15, p. 33-43, out. 2010.

_____. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org., Ed. 34, 2005.

_____. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

SAN MARTIN, Eduardo. **A viagem do pirata Richard Hawkins**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. Originalmente escrito por Richard Hawkins.